



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LARISSA CRISTINA SAMPAIO BARROS

A HISTÓRIA QUE A MÍDIA NÃO CONTA:
Direito à Comunicação em um município deserto de notícias

Brasília

2024

LARISSA CRISTINA SAMPAIO BARROS

**A HISTÓRIA QUE A MÍDIA NÃO CONTA:
Direito à Comunicação em um município deserto de notícias**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes.

Brasília
2024

LARISSA CRISTINA SAMPAIO BARROS

**A HISTÓRIA QUE A MÍDIA NÃO CONTA:
Direito à Comunicação em um município deserto de notícias**

Banca Examinadora

Profa. Dra. Elen Cristina Geraldes - Orientadora
PPGDH/UnB

Profa. Dra. Kenia Augusta Figueiredo
SER/UnB

Prof. Dra. Gisele Pimenta de Oliveira
Membro Externo

Profa. Dra. Janara Kalline Leal Lopes de Sousa
PPGDH/UnB

DEDICATÓRIA

Ao casal Domingos e Babi Ferreira,
fundamentais para esta pesquisa e que me
ensinaram, na prática, sobre a importância de
nunca esquecer de onde viemos.

AGRADECIMENTOS

À Lucimar Sampaio e João Victor Sampaio, minha galera, minha família. Por estarem comigo em cada passo, com paciência e bom humor. Pelo amor genuíno, que me faz acreditar que, por mais desafiadora que seja a jornada, nunca estou sozinha. Amo vocês!

Ao movimento negro, que lutou e continua lutando por ações afirmativas. Essa pesquisa de mestrado, assim como as minhas duas graduações, existe graças às leis de cotas raciais, que me permitiram acessar o ensino superior.

À Elen Geraldles, minha orientadora, professora e uma das minhas maiores referências profissionais. Professora, obrigada por compartilhar tanto conhecimento e oportunidades comigo. É uma honra enorme estar junto a você nessa jornada acadêmica, desde a graduação em Comunicação Organizacional.

Às professoras Kenia Figueiredo, Janara Sousa e Gisele Pimenta. Agradeço imensamente por ter mulheres tão potentes e pesquisadoras que são referências para mim em minha banca de defesa da dissertação.

Aos meus companheiros acadêmicos que se tornaram grandes amigos da vida, Gabriel Moura e Moema Carvalho. Entrei na pós-graduação ouvindo que o processo é muito solitário (e é mesmo), mas graças a vocês, ele foi mais acolhedor e até mais divertido. Agradeço imensamente pelas conversas diárias, trocas, parceria e encorajamento. É impossível falar dessa minha trajetória sem citar vocês, obrigada por tanto!

A todos os professores, técnicos e estudantes que fazem parte do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da UnB. Pelo empenho em construir um programa inclusivo, atualizado e comprometido em garantir uma vida digna para todas, todos e todes.

À Dyelle Menezes, Marília Rastelli e Daniele Rocha, companheiras de trabalho, mulheres inspiradoras e grandes incentivadoras que sempre me ajudaram a equilibrar os pratinhos desse último ano.

Ao Victor Rodrigues, que me ajudou na difícil missão de chegar até Flores de Goiás. Obrigada pela paciência, parceria e por me guiar no começo da grande aventura que foi a minha pesquisa de campo.

Aos meus amigos, grandes amores, família que escolhi: Daiane Landim, Cecília Borges, Mariana Germano, Juliana Ramalho, Fernanda Siqueira, Bárbara Coelho, Luisa Correa, Maíra Brito, Mariana Fonseca, Gabriela Almeida, Nauê Bernardo, Jacira Doce, Yilenn Doce, Camila Batista, Marina Siqueira, Joana Diniz, Igor Lins, Leila Ribeiro,

Washington Ribeiro, Pedro Rodrigues e Pedro Carvalho. Como diz a letra de um dos meus sambas favoritos, "eu não teria chegado sozinho a lugar nenhum se não fosse [sic] vocês".

À minha terapeuta, Daniela Calaça, por me guiar com sensibilidade e sabedoria, por me ajudar a enfrentar os desafios com coragem, organizar meus pensamentos e ser mais gentil comigo mesma em cada etapa, não só dessa jornada.

Por último, e muitíssimo importante: Ao Marcelo Pequeno, Victor Silva, Mateus Cidade e todos os outros profissionais de Educação Física que estiveram/estão na minha vida. O esporte é minha válvula de escape, meu refúgio e, por meio dele, me sinto muito mais confiante para “encarar terras e mares”. Assim que entrei no mestrado, minha orientadora disse que o mestrado era uma corrida longa, uma maratona. Que bom ser uma atleta amadora e ter ótimos treinadores para passar por mais esse desafio então.

“É importante ouvir muitas histórias porque as histórias que contamos têm o poder de moldar a nossa compreensão do mundo”.

Chimamanda Ngozi Adichie

RESUMO

Este trabalho analisa o fluxo de informações públicas entre o Estado e a população no município de Flores de Goiás, no estado de Goiás, classificado como um deserto de notícias. A pesquisa parte da questão-problema: “De que maneira acontece o fluxo de informações públicas entre o Estado e a população em um município deserto de notícias?”. Desse modo, o objetivo geral é investigar como essa dinâmica impacta o exercício da cidadania e da democracia local. A dissertação utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em entrevistas e pesquisa de campo, para compreender o acesso às informações públicas, as principais carências informacionais e as barreiras enfrentadas pelos moradores na produção e disseminação de informações locais. Os resultados apontam que a dificuldade de acesso à informação compromete a cidadania e evidencia a necessidade de políticas públicas de comunicação que valorizem as mídias comunitárias e fortaleçam o direito à comunicação como ferramenta de desenvolvimento social e cultural. Conclui-se que superar essa lacuna informacional é essencial para promover uma cidadania ativa, informada e comprometida com sua história em Flores de Goiás.

Palavras-chave: Direitos humanos; Direito à comunicação; Desertos de notícias; Cidadania.

ABSTRACT

This study analyzes the flow of public information between the State and the population in the municipality of Flores de Goiás, located in the state of Goiás, classified as a news desert. The research is guided by the problem question: “How does the flow of public information take place between the State and the population in a news desert municipality?”. Its general objective is to investigate how this dynamic affects the exercise of citizenship and local democracy. The dissertation uses a qualitative approach, based on interviews and field research, to understand access to public information, the main information gaps, and the barriers faced by residents in the production and dissemination of local information. The results indicate that the difficulty in accessing information compromises citizenship and highlights the need for public communication policies that value community media and strengthen the right to communication as a tool for social and cultural development. It is concluded that overcoming this information gap is essential to promote an active, informed, and engaged citizenship with its history in Flores de Goiás.

Keywords: Human rights; Right to communication; News deserts; Citizenship.

RESUMEN

Este trabajo analiza el flujo de información pública entre el Estado y la población en el municipio de Flores de Goiás, en el estado de Goiás, clasificado como un desierto de noticias. La investigación parte de la pregunta problemática: "¿De qué manera ocurre el flujo de información pública entre el Estado y la población en un municipio desierto de noticias?". El objetivo general es investigar cómo esta dinámica impacta el ejercicio de la ciudadanía y la democracia local. La disertación utiliza un enfoque cualitativo, basado en entrevistas y trabajo de campo, para comprender el acceso a la información pública, las principales carencias informativas y las barreras que enfrentan los habitantes en la producción y difusión de información local. Los resultados señalan que la dificultad de acceso a la información compromete la ciudadanía y evidencia la necesidad de políticas públicas de comunicación que valoren los medios comunitarios y fortalezcan el derecho a la comunicación como herramienta de desarrollo social y cultural. Se concluye que superar esta brecha informativa es esencial para promover una ciudadanía activa, informada y comprometida con su historia en Flores de Goiás.

Palabras clave: Derechos humanos; Derecho a la comunicación; Desiertos de noticias; Ciudadanía

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Ônibus que faz o trajeto de Formosa a Flores de Goiás, na Rodoviária de Formosa.....	37
Figura 02 - Rodovia GO-114.....	38
Figura 03 - Placa de Flores na praça do município.....	40
Figura 4 - Estandarte da festa de Nossa Senhora do Rosário, estendido na casa de Domingos e Babi.....	45
Figura 5 - Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, atualmente fechada por falta de manutenção.....	48
Figura 6 - Casa de Dona Orosina.....	51
Figura 7 - Dona Orosina.....	52
Figura 8: Diploma de Vereador de Flores de Goiás de Alfredo Rodrigues Vieira, marido de Dona Orosina.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 - COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO: DESAFIOS E DESIGUALDADES.....	24
CAPÍTULO 2 - RAÍZES DA PESQUISA: VOZES DE FLORES DE GOIÁS.....	36
2.1. O caminho das Flores.....	36
2.2. De terras a Flores: onde tudo começou	44
2.3. Nem tudo são flores: os desafios da Comunicação.....	57
CAPÍTULO 3 - O BRASIL TODO PERDE COM OS DESERTOS DE NOTÍCIAS....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa começa, na verdade, lá em 2018 quando eu era estudante da graduação de Comunicação Organizacional, também na Universidade de Brasília. Na época, li uma matéria em uma *newsletter* que falava sobre o primeiro levantamento de mídia local no país e cunhava o termo “deserto de notícias”, referindo-se a municípios que não tinham nenhum veículo de comunicação local. Me interessei pelo tema e quis me aprofundar mais, fazendo meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre os desertos de notícias, mas ainda numa perspectiva teórica. Para realizar o trabalho, entrevistei especialistas em Comunicação Pública para entender alguns dos impactos causados por essa ausência de comunicação local.

Fiquei muito impactada com as conclusões do trabalho. Na época, confesso que minha visão sobre comunicação estava focada principalmente em comunicação de massa, sem dar tanta atenção à perspectiva local. Foi só em 2018, ao me deparar com o dado de que mais da metade dos municípios brasileiros não possuía sequer um veículo de comunicação local, que percebi a importância e o tamanho da desigualdade no Brasil pela ótica da Comunicação. Essa descoberta despertou um interesse ainda maior de aprofundar meus estudos nesse tema e seus desdobramentos no país.

Os achados do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Comunicação Organizacional foram o primeiro passo para essa trajetória de pesquisa e continuei interessada em entender como se desenrolava a rotina de comunicação em lugares onde faltavam veículos locais e onde as notícias não chegavam da mesma forma que nas grandes cidades. Eu queria saber como as informações circulavam, quais eram as limitações enfrentadas pelos moradores e como essa realidade afetava o dia a dia dessas pessoas. Queria também entender, diretamente com os moradores, como a falta de informações produzidas e compartilhadas na própria região afetava as tomadas de decisão política, o *accountability*¹ e até mesmo a conexão dos habitantes de um município deserto de notícias com o lugar onde vivem.

Por isso, nesta dissertação, respondo à questão-problema: “De que maneira acontece o fluxo de informações públicas entre o Estado e a população em um município deserto de notícias?”, que surgiu diante do seguinte objetivo geral: Analisar o fluxo de informações de interesse público local entre o Estado e a população no município Flores de Goiás, do estado de Goiás, considerado um deserto de notícias.

¹Termo em inglês que significa responsabilidade e se refere a um conjunto de práticas ligadas à prestação de contas. Esse conceito pode ser associado a transparência, controle, fiscalização e responsabilidade.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa, foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1) Realizar entrevistas sobre o acesso a informações públicas e a produção e disseminação das próprias informações locais; 2) Compreender as principais carências informacionais de municípios desertos de notícias e discutir como superá-las; 3) Observar o impacto dessa dificuldade de acesso na efetivação dos direitos humanos, em especial do direito à comunicação; 4) Discutir como superar essa ausência de informação local por meio de políticas públicas de Comunicação.

O título da dissertação, *A história que a mídia não conta*, é uma homenagem ao samba-enredo de 2019 da escola de samba Estação Primeira de Mangueira², intitulado *História pra Ninar Gente Grande*. Este samba-enredo destacou a importância de revisitar a história do Brasil por outras perspectivas, sobretudo as de pessoas pretas, periféricas e marginalizadas, que desempenham um papel essencial na construção da identidade e da cultura brasileiras, mas que têm suas narrativas frequentemente apagadas ou sub-representadas, propondo uma reflexão sobre quem conta a história e como ela é contada.

Ao me inspirar e homenagear esse samba-enredo, busco reforçar a relevância da comunicação local na preservação e valorização dessas histórias. Assim como a narrativa da Mangueira fala sobre a importância de ouvir pessoas que sofreram, continuamente, a tentativa de terem suas histórias e lutas silenciadas, a comunicação local tem o potencial de registrar e difundir memórias e vivências que escapam ao alcance das grandes mídias. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta essencial para contar histórias de todas as comunidades, contribuindo para uma visão mais plural e inclusiva da realidade brasileira.

A experiência da pesquisa de campo no município buscou evidenciar, de maneira prática, o impacto concreto da ausência de um veículo de comunicação local, algo que, de forma teórica, pode ser difícil de compreender de maneira tão fidedigna. A vivência no local permite observar como essa ausência afeta o acesso à informação, a construção de narrativas locais e a circulação de conteúdos relevantes para a comunidade, destacando uma dimensão pouco explorada na discussão sobre comunicação, mas também as estratégias criadas no e para o município para suprir as aparentes perdas.

De acordo com Minayo (2016), toda investigação social deveria incorporar o aspecto qualitativo como uma característica essencial. Isso porque a pesquisa qualitativa vai além de números e estatísticas: ela foca em questões específicas, lidando com significados, símbolos,

²Uma das escolas de samba mais tradicionais e emblemáticas do Rio de Janeiro, fundada em 1928 no bairro da Mangueira. Conhecida por sua forte ligação com a cultura popular, suas apresentações no carnaval carioca são marcadas por enredos que celebram a história e a diversidade do Brasil, além de sua capacidade de mobilizar a comunidade e promover a inclusão social.

aspirações, crenças, valores e os diversos impactos que esses elementos têm nas pessoas e comunidades. É uma abordagem que mergulha nas nuances da realidade, algo que não pode ser capturado apenas quantitativamente.

A metodologia desta pesquisa também segue um caminho explicativo, com o objetivo de entender por que a comunicação local está ausente em Flores de Goiás e aprofundar o conhecimento sobre a realidade do município. Como explica Gil (1994, p. 28), “uma pesquisa explicativa pode ser a continuação de outra descritiva, posto que a identificação de fatores que determinam um fenômeno exige que esteja suficientemente descrito e detalhado”. Nesse sentido, minha pesquisa buscou descrever e interpretar os fatores que moldam a relação entre a comunidade e a ausência de canais de comunicação locais.

Já a pesquisa descritiva, por sua vez, busca compreender e analisar os acontecimentos sem que o pesquisador interfira diretamente no processo. Segundo Gil (1994, p. 28),

Pesquisas descritivas incluem aquelas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também são pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

No entanto, na pesquisa acadêmica atual, já se reconhece amplamente que é praticamente impossível eliminar completamente as influências pessoais do pesquisador. Mesmo quando tentamos nos distanciar ao máximo, algum tipo de viés acaba surgindo no processo. Wahab (2008) chama atenção para isso ao discutir como a figura do “observador imparcial” é muitas vezes construída como uma autoridade no campo das ciências sociais. Ele questiona essa ideia e argumenta que os pesquisadores devem ser cuidadosos ao representar e falar sobre os sujeitos de seus estudos. Segundo Wahab, as escolhas feitas ao longo da pesquisa podem reforçar estereótipos, desigualdades e injustiças sociais, o que exige uma postura mais reflexiva e responsável.

Com base na perspectiva de Wahab (2008), reconheço que, mesmo durante a pesquisa de campo em Flores de Goiás, foi inevitável que interpretações pessoais fossem além do olhar acadêmico e profissional. O objetivo principal era observar e registrar aspectos como a rotina do município, a geografia do espaço e as relações entre os moradores. No entanto, esse processo trouxe reflexões que ultrapassaram os limites técnicos da pesquisa.

Foi impossível não me emocionar com as histórias compartilhadas ou deixar de comparar a realidade de um município deserto de notícias com Brasília, a capital do país, onde nasci e vivo. Ao mesmo tempo, foi doloroso perceber as inúmeras possibilidades de desenvolvimento e de oportunidades que os moradores de Flores poderiam ter, caso não

estivessem tão isolados — não por uma barreira geográfica, mas pela ausência de acesso à informação e à comunicação.

Embora os desafios contemporâneos da Comunicação frequentemente sejam associados às redes sociais, ao acesso à Internet e à regulamentação de mídias, essas questões não abrangem toda a complexidade da área. Em um país com as dimensões e complexidades do Brasil, marcado por múltiplas camadas de desigualdade, é fundamental considerar outros problemas que impactam a comunicação local, refletindo sobre como essas barreiras afetam diferentes contextos regionais e econômicos.

A dissertação, assim como toda a minha trajetória desde o começo da pesquisa, começa com uma premissa: “O Direito à Comunicação é a porta de entrada para todos os outros direitos.” Essa frase é o fio condutor de tudo que me propus a estudar aqui. Refletir sobre como a sociedade acessa seus direitos é, inevitavelmente, entender como as informações chegam até ela. Este entendimento se torna ainda mais complexo por pertencermos a uma sociedade cuja lógica neoliberal está cada vez mais presente, ou seja, os interesses privados estão acima do bem comum.

O Direito à Comunicação se refere ao direito humano fundamental de as pessoas se comunicarem livremente, de expressarem suas opiniões, de serem ouvidas e de terem acesso à informações de maneira ampla e inclusiva. Este direito envolve não apenas a liberdade de expressão, mas também o acesso equitativo aos meios de comunicação e à tecnologia da informação. Isso significa que a comunicação não deve ser controlada por um grupo restrito de pessoas ou entidades, e as informações devem ser acessíveis a todos, independentemente de seu gênero, de sua idade e origem étnica, social, econômica ou cultural.

Além de acesso à informação como forma de garantir a cidadania e a democracia, o Direito à Comunicação também está relacionado à diversidade de vozes e pontos de vista na mídia, de forma a garantir que a comunicação seja plural e representativa da sociedade como um todo. Isso envolve a promoção da igualdade de gênero, da inclusão de grupos minoritários e da proteção da liberdade de imprensa.

Um dos reflexos do neoliberalismo no Brasil é a alta concentração de veículos de mídia nas grandes capitais — que detém também as maiores concentrações de renda — em detrimento de 2.712 municípios brasileiros que não possuem um veículo local sequer, de acordo com o Atlas da Notícia³. Ainda de acordo com essa pesquisa, os municípios que não possuem nenhum tipo de veículo de comunicação local são chamados de deserto de notícias.

³ Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>

A comunicação no Brasil é marcada por uma grande concentração de meios de comunicação, o que reflete em desigualdades no acesso à informação em diversas regiões do país. De acordo com dados da Associação Técnica da Radiodifusão Brasileira, o Brasil possui atualmente 4.258 rádios FM, 1.037 AM e 4.651 comunitárias. Apesar dessa quantidade expressiva de estações, a distribuição geográfica e demográfica dessas emissoras é altamente desigual, o que gera disparidades no acesso à comunicação em diferentes partes do território nacional.

Esses números revelam que, enquanto em grandes centros urbanos a presença de rádios é ampla, em muitos municípios, especialmente em regiões periféricas ou mais isoladas, o acesso à radiodifusão é escasso. Isso afeta diretamente a população que depende da rádio como um dos principais meios de comunicação, seja para obter informações locais, notícias de interesse público ou mesmo para manter o vínculo com a cultura regional. O Brasil conta com 2.712 municípios sem nenhuma rádio local, o que significa que uma parte significativa da população, estimada em cerca de 26,7 milhões de brasileiros, não têm acesso a esse importante veículo de comunicação.

Nesse contexto, as rádios comunitárias desempenham um papel fundamental na tentativa de combater essa desigualdade, proporcionando uma forma de comunicação local que se adapta às necessidades específicas de cada comunidade. Elas são instrumentos essenciais para a democratização da informação, promovendo o direito à comunicação e dando voz a grupos marginalizados. No entanto, apesar de sua importância, as rádios comunitárias enfrentam desafios como a falta de recursos, infraestrutura e, muitas vezes, o apoio governamental. Para que cumpram plenamente seu papel de inclusão e educação, é necessário um maior incentivo e políticas públicas que fortaleçam essas emissoras e garantam sua sustentabilidade.

Pensar que o Direito à Comunicação é o que possibilita os acessos a todos os outros direitos é fundamental para refletir sobre o compromisso que o Estado tem com a garantia desse direito à população. Tendo em vista que não basta criar diversas políticas públicas sem o comprometimento com a forma pela qual os beneficiários delas serão informados sobre seus direitos, é, conseqüentemente, inferir que tal iniciativa não foi bem sucedida.

Para além do acesso a outros direitos humanos, o Direito à Comunicação é parte primordial dos processos democráticos, como a participação e controle sociais, ou seja, inclusão da sociedade no acesso à informação pública e tomadas de decisão dos representantes por ela eleitos. A existência de um veículo local sem vínculo com governos

evita conflitos de interesses e, embora não haja neutralidade jornalística, melhora o fluxo de processos e procedimentos para evitar a desinformação e a manipulação, por exemplo.

Uma outra perspectiva a ser levada em consideração acerca da importância da garantia do Direito à Comunicação e dos veículos de comunicação local está relacionada à construção de memória do lugar. Por meio da produção de conteúdo informativo local, cria-se um memorial histórico de contexto, acontecimentos e tomadas de decisão sobre aquela região. No documentário *Chic Show* (2023), da Globoplay, o cantor Emicida fala sobre a importância da construção da memória: “A memória é poder, ‘tá ligado’? E se a memória começa a ficar cada vez mais distante, as pessoas começam a esquecer quem elas são”.

O surgimento do Direito à Comunicação como um direito humano e uma pauta social relevante teve origem com a terceira geração de direitos humanos, que emergiu após a Segunda Guerra Mundial e os períodos ditatoriais. Neste período, além do acesso à informação, a sociedade passou a reconhecer a importância do direito à paz, dos direitos ambientais e dos direitos das minorias.

Este período também foi marcado pela criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, quando o direito à comunicação foi incluído na Declaração Universal de Direitos Humanos como um direito individual associado à liberdade de expressão, promovendo a livre troca de ideias, opiniões e diálogos para facilitar a tomada de decisões.

Em 1980, como parte dos esforços para garantir o acesso à comunicação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) elaborou o Relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, conhecido como Relatório MacBride⁴. Este relatório tinha como objetivo abordar os desafios na comunicação e promover a horizontalização, descentralização e democratização do fluxo de informações em escala global, visando alcançar uma comunicação verdadeiramente democrática.

A motivação para a construção desse Relatório partiu da percepção de que, já naquela época, os meios de comunicação não estavam cumprindo adequadamente o seu papel na construção da cidadania, ou seja, na educação, informação e formação da opinião pública. Nesse contexto, a cidadania é entendida como o conjunto de direitos e responsabilidades que os indivíduos devem exercer para viver em uma sociedade justa.

⁴O Relatório MacBride foi produzido em 1980, também conhecido como *Um Mundo e Muitas Vozes: Comunicação e Informação no Nosso Tempo*, é um relatório produzido pela Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação. A comissão foi criada em 1977 pela UNESCO em resposta a preocupações crescentes sobre a concentração de propriedade e controle nos meios de comunicação de massa e a falta de acesso equitativo à informação em todo o mundo.

O Relatório MacBride enfatiza a importância da democratização da informação, reconhecendo que os processos de comunicação refletem as desigualdades sociais presentes na sociedade e, portanto, essas desigualdades devem ser consideradas ao se pensar na democratização da comunicação.

Da criação do Relatório feita pela Organização das Nações Unidas até os dias de hoje, muitas mudanças aconteceram nos meios de comunicação e nas formas de se comunicar, por exemplo, o estabelecimento da Internet, surgimento das redes sociais e as *big techs*. Todas essas inovações impactam nos meios de comunicação e no acesso à informação.

A Internet surgiu como uma “promessa” de democratização de acesso à informação, onde todos poderiam se expressar e exercer o direito pleno da comunicação: ouvir e serem ouvidos. Entretanto, o cenário atual revela a perpetuação de uma comunicação que atende, majoritariamente, aos interesses privados, sejam de emissoras de TV ou redes sociais, sobrepondo, assim, o compromisso com a verdade, com a informação e com o interesse público.

O acesso à Internet no Brasil ainda é precário e não é democrático. Segundo uma pesquisa realizada em 2021 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC)⁵, quase 80 milhões de brasileiros dependem de planos pré-pagos de Internet, com franquia limitada e que, ao acabar, o consumidor tem acesso apenas a algumas redes sociais específicas, sendo impedido de escolher que tipo de conteúdo e qual canal acessar. A mesma pesquisa aponta que quanto maior a situação de vulnerabilidade econômica na qual o consumidor vive, pior e mais limitado é o seu plano de acesso à Internet.

A falta de acesso à Internet, assim como a falta de veículos de comunicação local, são reflexos da desigualdade brasileira. A Comunicação não é mais vista como um direito e como fonte de acesso à informação, e sim como mercadoria. Por essa perspectiva é possível entender, por exemplo, porque há maior concentração de veículos de comunicação nas grandes capitais, afinal são nesses lugares em que circulam as grandes verbas publicitárias e os altos índices de consumo. No contexto neoliberal, os espectadores deixam de ser vistos como cidadãos que têm direito à informação e passam a ser contabilizados como consumidores de publicidade.

O município Flores de Goiás, objeto de estudo desta pesquisa, está localizado em Goiás, a 436 km de Goiânia e a 235 km de Brasília. De acordo com dados do IBGE, 13.744

⁵

Disponível em:
https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa_internet-movel-pelas-classes-cde.pdf

peças moram no município goiano e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é 0,597, de acordo com último dado fornecido pelo IBGE, em 2010.

Este município foi escolhido porque, de acordo com o IBGE, tem o segundo menor IDHM da região Centro-Oeste e, além disso, é considerado um deserto de notícias, ou seja, um local que não possui nenhum tipo de veículo de imprensa específico sobre e para a região. O município com o menor IDHM é Cavalcante, um local registrado e reconhecido como território quilombola e, por ter características específicas na forma de viver, não foi considerado para a pesquisa.

Ao pesquisar sobre Flores de Goiás, identifiquei que o local também tinha origens quilombolas, mas, nos sites institucionais, isso era tratado apenas como parte de sua origem, perdendo as características de quilombo à medida que o tempo passou e Flores foi reconhecida como município. Por isso, escolhi o local para fazer a pesquisa de campo. Entretanto, ao chegar em Flores, percebi que a disputa de narrativas entre quilombo e área urbana ainda era muito forte, algo que detalharei melhor no decorrer do trabalho.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um comparativo de diversos indicadores entre países, abrangendo aspectos como riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, taxas de natalidade e outros, com o propósito de avaliar o nível de bem-estar de uma população, com foco especial nas crianças. Já existem muitas críticas à forma como esse dado é gerado e avaliado, mas a comparação ainda é muito utilizada internacionalmente. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a média de IDH no Brasil é 0,724. Ou seja, os dados apontam que o município Flores de Goiás está abaixo da média nacional do índice.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) constitui uma adaptação metodológica do IDH global, mantendo as mesmas dimensões principais, mas ajustando-se ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores elaborados em nível municipal no Brasil.

Essa relação entre IDHM e municípios desertos de notícias é facilmente percebida na pesquisa do Atlas da Notícia, ou seja, quanto menor o Índice de Desenvolvimento Humano do município, maior a chance dele ser um deserto de notícias e não ter disponíveis informações acerca do próprio lugar, confirmando também a relação entre a violação do Direito à Comunicação e desigualdade social.

A lógica da desigualdade, que se perpetua em todas as áreas da sociedade brasileira, também é vista pela perspectiva da Comunicação. Mário Theodoro⁶ (2022) fala que a desigualdade e a pobreza são os pilares de sustentação do Brasil. Isto é, se o Direito à Comunicação é o abre-alas para todos os outros direitos humanos e acesso à informação, é possível inferir que a falta de comunicação é uma estratégia de manutenção de poder e de status que reforça e mantém a desigualdade no país.

Diante da desigualdade no Brasil, é essencial compreender como a violação do Direito à Comunicação impacta a disseminação de informações sobre outros direitos e limita a participação social. Isso permite, ainda, identificar as políticas públicas e os incentivos à mídia local necessários para a manutenção do Estado Democrático de Direito.

Com esse objetivo em mente, a pesquisa voltou-se para as especificidades de Flores de Goiás, buscando compreender como as condições locais revelam as conexões entre comunicação, participação social e acesso a direitos fundamentais. Ao trazer à tona as realidades do município, foi possível aprofundar a análise sobre os impactos das desigualdades na construção e no exercício desses direitos.

No plano inicial da pesquisa de campo, foram delimitadas entrevistas com quatro moradores de Flores de Goiás, escolhidos com base em diferentes marcadores sociais, como gênero e idade, com o intuito de investigar se essas características influenciariam as percepções sobre comunicação e acesso à informação no município. Esse planejamento buscava captar a diversidade de experiências e visões dos habitantes locais sobre essas questões. No entanto, ao chegar em Flores de Goiás, deparei-me com uma estrutura populacional marcadamente envelhecida, devido à ausência de jovens na região, o que ofereceu uma nova perspectiva para a pesquisa.

Nas redes sociais do município, por exemplo, há várias publicações com fotos de pessoas mais jovens participando de atividades sociais promovidas pela Prefeitura. No entanto, esses jovens não são necessariamente moradores da área urbana de Flores, como será discutido nos capítulos seguintes desta pesquisa. No cotidiano da região urbana, especialmente em dias úteis, o município se revela pacato e tranquilo, com poucas pessoas nas ruas, predominando a presença de pessoas mais velhas.

A análise demográfica de Flores de Goiás será aprofundada no próximo capítulo, mas aqui cabe contextualizar a importância dos quatro moradores que contribuíram de forma

⁶ Mário Theodoro é economista, com mestrado pela Universidade Federal de Pernambuco e doutorado pela Universidade Paris 1 - Sorbonne. Consultor legislativo e aposentado do Senado Federal, foi secretário-executivo da Seppir e diretor da área de estudos internacionais do IPEA. Também é professor no Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da UnB.

definitiva para o desenvolvimento do estudo. Rozimere, Secretária de Turismo, Cultura e Igualdade Racial, proporcionou uma visão institucional e política que ampliou o entendimento sobre o papel do governo local no município. Domingos e Babi Ferreira, fundadores da Associação Quilombola de Flores de Goiás, ofereceram uma visão comunitária, compartilhando a história, as tradições e as lutas da comunidade quilombola, essenciais para compreender a identidade social do lugar.

Por fim, Dona Orosina, uma das mulheres mais velhas do município, que no auge dos seus cem anos de idade trouxe uma perspectiva histórica singular, narrando memórias que atravessam gerações. Esses quatro moradores não apenas descreveram a história e os desafios enfrentados por Flores de Goiás, mas também revelaram o potencial do município como um espaço de resistência e identidade cultural. Suas contribuições ampliaram o entendimento das particularidades locais e foram fundamentais para a análise sobre a comunicação e o acesso à informação na comunidade.

Um aspecto importante e que também foi determinante para a minha pesquisa foi a maneira como consegui estabelecer contato com os entrevistados. Inicialmente, ainda em Brasília, não consegui dialogar com o governo local, mas entendi que poderia obter os contatos necessários assim que chegasse à cidade.

A intenção no plano de pesquisa era encontrar moradores de forma aleatória, ou seja, conversar com as pessoas que eu encontrasse pelo caminho durante os dias da minha estadia, respeitando os critérios de idade e gênero que havia estabelecido. Contudo, as quatro entrevistas que realizei acabaram sendo possíveis por meio de indicações, seguindo o que na antropologia é conhecido como a “cadeia de referências”, que faz parte da teoria da bola de neve (Vinuto, 2014, p. 203).

A secretária da prefeitura, por exemplo, foi a primeira a me ajudar, indicando Rozimere como uma entrevistada chave. Após nossa conversa, Rozimere me direcionou para Domingos e Babi, que, por sua vez, me recomendaram Dona Orosina. Esse encadeamento de indicações não apenas facilitou meu acesso às vozes mais relevantes da comunidade, mas também evidenciou a interconexão das relações sociais em Flores de Goiás, permitindo uma compreensão mais profunda da cultura e das experiências locais.

A teoria da bola de neve, ao basear-se na confiança mútua entre os membros de uma rede comunitária, também oferece um olhar sobre as hierarquias e dinâmicas de poder existentes na comunidade. Em Flores de Goiás, esse método permitiu identificar como certas figuras-chave, como Rozimere e Domingos, ocupam posições centrais nas redes de informação local, atuando como intermediários entre diferentes grupos sociais.

Essa abordagem destaca como os laços comunitários atuam como mediadores do fluxo de informações e ajudam a traçar um mapa das interações sociais locais, um elemento central para compreender as limitações e potencialidades do acesso à comunicação em um deserto de notícias. Assim, o método tornou-se não apenas uma estratégia para atingir os objetivos da pesquisa, mas também um reflexo das dinâmicas culturais que são objeto de análise.

Para captar as nuances, subjetividades e complexidades do tema, esta pesquisa teve caráter qualitativo, explorando a percepção dos moradores por meio de entrevistas semiestruturadas. A escolha metodológica teve como plano central ouvir as vozes locais, permitindo uma análise mais aprofundada sobre as experiências de quem vive diariamente os impactos da ausência de veículos de comunicação.

O Direito à Comunicação é, sobretudo, um direito humano fundamental, essencial para a realização de outros direitos, como o acesso à Educação, à Saúde e à participação política. Esse direito garante não apenas o livre acesso à informação, mas também a possibilidade de expressão e o fortalecimento da identidade das pessoas e das comunidades. Quando negado ou dificultado, como no caso de municípios desertos de notícias, as populações ficam à margem de decisões que afetam suas vidas, perpetuando desigualdades e silenciando suas vozes.

Em um contexto como o de Flores de Goiás, onde a comunicação se encontra em uma situação de escassez, é importante reconhecer que a falta de acesso à informação é um obstáculo direto ao exercício pleno da cidadania. Ao não ter a possibilidade de se informar, de compartilhar suas histórias e de reivindicar seus direitos, a comunidade é excluída de uma esfera fundamental da vida democrática. Garantir o direito à comunicação é, portanto, garantir a dignidade humana, permitindo que todos tenham acesso a uma informação de qualidade, possam se expressar livremente e participar ativamente da sociedade.

Desse modo, a dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo apresento uma abordagem teórica sobre os direitos humanos e o direito à comunicação no Brasil, discutindo a relação entre as desigualdades social e racial no país, além de apresentar como essas questões estão interligadas com a falta de mídia local em mais da metade dos municípios brasileiros. No segundo capítulo, relato minha experiência em Flores de Goiás, descrevo as histórias dos entrevistados e relato minha percepção sobre a realidade do direito à comunicação no município. Por fim, no terceiro capítulo discuto os resultados obtidos, correlacionando a teoria abordada no primeiro capítulo com as vivências relatadas no

segundo, concluindo com uma análise crítica e reflexiva sobre os desafios e as possibilidades de superação da falta de acesso à informação em contextos como o de Flores de Goiás.

CAPÍTULO 1 - COMUNICAÇÃO COMO UM DIREITO: DESAFIOS E DESIGUALDADES

A luta pelos Direitos Humanos é, antes de tudo, uma luta por justiça social e pela garantia de uma vida digna para todas as pessoas. Em uma lógica de sociedade neoliberal, os direitos humanos nunca serão dados, sendo sempre fruto de muita luta coletiva. Para a classe dominante, garantir um direito para todos pode significar a perda de privilégios, o que torna esse processo ainda mais difícil.

Além disso, a obtenção de direitos não é algo permanente. A caminhada pelos direitos humanos é constante, pois a manutenção dessas garantias requer atenção e esforço contínuo. Mesmo quando um direito é alcançado, é necessário estar sempre vigilante para garantir que ele seja efetivamente respeitado e não seja retirado ao longo do tempo.

Sobre Direitos Humanos, Herrera Flores (2009, p. 19) diz:

O que torna universais os direitos não se baseia em seu mero reconhecimento jurídico, nem na adaptação de uma ideologia determinada que os entenda como ideais abstratos além dos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais surgem e para os quais devem servir de pauta crítica. A universalidade dos direitos somente pode ser definida em função da seguinte variável: o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação que permita a todos e a todas criar condições que garantam de um modo igualitário o acesso aos bens materiais e imateriais que fazem com que a seja digna de ser vivida.

No trecho acima, o autor explica que a universalidade dos direitos humanos não depende apenas do seu reconhecimento jurídico ou de uma ideologia que os veja como ideais abstratos. Ao contrário, a verdadeira universalidade dos direitos se estabelece quando se fortalece indivíduos, grupos e organizações para que possam criar condições que assegurem, de maneira igualitária, o acesso a bens materiais e imateriais. Ou seja, os direitos humanos devem ser um meio para garantir uma vida digna, levando em conta os contextos sociais, econômicos e culturais nos quais estão inseridos.

Essa concepção está profundamente ligada ao Direito à Comunicação, pois este é essencial para fortalecer a capacidade das pessoas de exigir e garantir o acesso a outros direitos. Ao permitir que indivíduos e grupos se expressem, se organizem e acessem informações, o direito à comunicação contribui diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele é um dos bens imateriais fundamentais para que as pessoas possam se engajar ativamente na luta por seus direitos, como proposto por Herrera Flores (2009), garantindo a todos e a todas as condições necessárias para viver com dignidade.

O Direito à Comunicação é um dos pilares fundamentais para o acesso a outros direitos humanos. Ele garante que os indivíduos possam acessar informações, tenham liberdade de expressão e participem de forma plena na sociedade, o que contribui para o exercício pleno da cidadania (Geraldes, 2019). Embora desempenhe um papel essencial no exercício de outros direitos, não existe uma hierarquia entre os direitos humanos. Todos eles, incluindo o Direito à Comunicação, devem ser defendidos igualmente, pois a violação de um direito pode comprometer a efetividade dos demais.

Reconhecido internacionalmente como um direito fundamental, o Direito à Comunicação é um conceito que se refere à garantia de que todas as pessoas possam exercer seu direito à liberdade de expressão e ter acesso a informações e meios de comunicação de forma livre e plural. É um direito fundamental que está ligado à ideia de democracia e ao princípio de que todas as vozes devem ser ouvidas. Para isso, é fundamental assegurar que as pessoas tenham acesso a meios de comunicação variados e independentes, como jornais, rádios, televisões, internet, entre outros, e que possam utilizá-los para expressar suas opiniões e ideias.

Para além da liberdade de expressão, o Direito à Comunicação também é um fator determinante para a promoção da diversidade cultural, para o acesso à informação e para o fortalecimento da participação social. Além disso, é um direito que está em constante evolução, especialmente com o surgimento de novas tecnologias e a expansão das redes sociais. Embora no Brasil o acesso à Internet não esteja democratizado, é importante que este fator seja levado em consideração ao pensar no Direito à Comunicação, tanto no sentido dos sujeitos terem acesso à informação quanto no sentido de poder se comunicar e ser ouvido.

Nesse contexto, iniciativas como a pesquisa Atlas da Notícia, desenvolvida pelo Instituto para o Desenvolvimento do Jornalismo (PROJOR), em parceria com a agência Volt Data Lab, desempenham um papel importante em nosso cenário. A pesquisa tem como objetivo mapear veículos produtores de notícia local, isto é, produtores de notícias de interesse público, seja das prefeituras ou câmaras municipais, de temas como saúde, educação, segurança, contas públicas, entre outras temáticas.

A primeira edição do Atlas da Notícia foi realizada em 2017 e, até então, foram lançadas seis pesquisas: 2017, 2019, 2021, 2022 e 2023. Devido à pandemia, em 2020 a pesquisa foi realizada, mas o relatório acerca dela não foi produzido. Entretanto, os dados, sem análise, podem ser encontrados no portal online do Observatório da Imprensa.

De acordo com o site⁷ em que a pesquisa é divulgada anualmente, a metodologia do Atlas da Notícia envolve o cruzamento de duas bases de dados: a primeira, considerada o ponto de partida, é um levantamento via Lei de Acesso à Informação (LAI), junto ao Ministério das Comunicações de informações sobre TVs e rádios com concessão pública de radiofrequência e junto à Secretaria de Comunicação da Presidência da República (SECOM/PR) para veículos impressos e online. A segunda etapa da pesquisa é de iniciativa dos pesquisadores do Atlas da Notícia, que fazem um levantamento próprio em parceria com centenas de voluntários brasileiros. O objetivo é que os voluntários façam uma busca online sobre os veículos de notícias locais das regiões em que habitam. Além de mapear os produtores de notícias existentes, esta segunda etapa do levantamento de dados também identifica iniciativas de comunicação de interesse público que já existiram e, por algum motivo, fecharam.

Sobre a metodologia do Atlas da Notícia, é importante destacar que o mapeamento feito por pesquisadores e voluntários abrange todos os veículos de comunicação, mas somente aqueles que possuem viés jornalístico são levados em consideração para a pesquisa. Veículos não jornalísticos incluem periódicos de associações corporativas, sindicatos e outros canais que pertencem ao poder público, sejam eles municipais, estaduais ou nacionais. Outro ponto importante a ser destacado sobre o Atlas da Notícia, é que a pesquisa considera páginas na Internet, mas não mapeia perfis nas redes sociais, ainda que estes contenham informação de interesse público.

Para a análise dos dados e construção do relatório anual do Atlas da Notícia, os pesquisadores também levam em consideração informações públicas do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso acontece porque os resultados do Atlas da Notícia, que serão discutidos adiante, mostram algumas relações entre a ausência de veículo de comunicação local com os indicadores de renda, escolaridade, localização geográfica e raça no Brasil.

Os municípios que não têm nenhum veículo de informação local são considerados desertos de notícias. De acordo com o relatório de 2023 do Atlas da Notícia, no Brasil há 2.712 municípios nessa situação. É importante destacar que esses locais até podem ter acesso à canais de TV e notícias em âmbito nacional e à Internet, por exemplo, mas não têm informações dos lugares onde moram por meio de veículos de informação.

⁷ Disponível em: <https://atlas.jor.br/>.

Ainda de acordo com o Atlas da Notícia deste ano, o Brasil teve uma redução de 8,6% de municípios desertos de notícias, comparado ao ano anterior. Desde 2017, é o menor índice de ausência de veículo local, entretanto o dado continua alarmante, pois 39% dos municípios brasileiros ainda são considerados desertos de notícias. Ainda de acordo com o relatório de 2023, esse aumento em nível nacional é decorrência do aumento de veículos digitais e rádios locais mapeados. No total, são 4.836 rádios com conteúdo local e 5.245 iniciativas digitais, totalizando 70% do total de veículos identificados pelo Atlas da Notícia em 2023.

Embora tenha havido uma redução de desertos de notícias em âmbito nacional, ao olhar os dados, especificamente, do Centro-Oeste é possível identificar que houve um aumento no número de municípios sem noticiário local, com aproximadamente 30% da região considerada deserto de notícias. Embora não seja a região com maior número de municípios sem informação local – o Nordeste está em primeiro, com 56% dos municípios deserto de notícias –, foi possível perceber com os resultados da pesquisa que diversas iniciativas jornalísticas locais foram fechadas no decorrer do último ano, sendo o rádio o meio de comunicação mais estável, que ainda registrou aumento de veículos em comparação ao ano anterior.

Em 2023, tive a oportunidade de integrar a equipe voluntária do Centro-Oeste para a pesquisa e, durante esse período, percebi uma realidade que, posteriormente, confirmei ser comum a diversos meios da região e que foi também mencionada no relatório regional. Muitos noticiários locais, especialmente os veiculados pela internet, estavam solicitando contribuições financeiras dos leitores para manter suas iniciativas jornalísticas em funcionamento.

Uma das hipóteses para o alto número de fechamentos de veículos locais é a falta de recursos financeiros para manter todo o funcionamento. Isso é um sinal da discrepância de renda entre os grandes centros e os municípios do interior do país. Essa relação entre renda e veículos locais também faz parte do relatório do Atlas da Notícia, que mostra que a desigualdade social está relacionada também ao acesso à informação.

Essa percepção de desigualdade social e acesso à informação também é vista quando se trata de acesso à Internet. Segundo o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), em média 80 milhões de brasileiros ainda dependem de planos de franquia de Internet para acessá-la. A pesquisa realizada pelo IDEC também constata que, quanto mais vulnerável economicamente, pior a qualidade do plano de Internet contratado. De acordo com o IDEC (2021, p. 3):

A experiência de restrições de conectividade marca o cotidiano dos usuários de baixa renda, que passam boa parte do tempo sem conexão 3G/4G ativa e que percebem que os dados contratados são insuficientes para a realização de todas as atividades desejadas. A pesquisa ainda investigou o sentimento dos usuários em relação aos problemas de conectividade enfrentados, estando as sensações de irritação, tristeza e frustração entre as mais presentes.

O impacto dessa falta de conectividade vai além da frustração com a tecnologia. A pesquisa aponta que as sensações mais comuns entre os usuários são irritação, tristeza e frustração, emoções que evidenciam como a desconexão digital se traduz em um sentimento de exclusão. Isso reflete a desigualdade no acesso a recursos essenciais, como a informação, que são fundamentais para a participação social, educacional e econômica. Dessa forma, a falta de conectividade não é apenas um problema técnico, mas uma questão de direitos humanos, já que impede o pleno exercício da cidadania e a integração de uma parcela significativa da população à sociedade.

Nesse sentido, Piketty (2014), ao falar sobre desigualdade social, ressalta que o problema não pode ser visto somente por uma perspectiva econômica, mas é fundamental encará-la também pelas óticas política e social. Quando a desigualdade se acentua, pode levar a conflitos e instabilidade social, além de afetar a democracia, já que quem tem mais poder econômico tende a ter mais influência política e nas tomadas de decisão que podem afetar todo o país.

Democracia, conforme aponta Coutinho (2009), é um conceito profundamente interligado com a cidadania, de modo que é quase impossível dissociá-los. Ambos representam a busca pela igualdade, liberdade e participação ativa dos indivíduos na sociedade. A democracia, assim como os direitos humanos, não é algo que nos é simplesmente dado ou garantido, mas sim resultado de contínuas lutas sociais.

Grupos marginalizados, muitas vezes, têm de reivindicar esses direitos e, com isso, buscam assegurar um espaço de voz e ação dentro de uma sociedade que, idealmente, deve garantir a igualdade de oportunidades para todos os seus membros. Portanto, tanto a democracia quanto os direitos humanos são, em grande parte, um reflexo das batalhas travadas para garantir que todos possam ser reconhecidos como cidadãos plenos, com direitos iguais e inalienáveis.

Os direitos humanos estão diretamente ligados ao combate às desigualdades sociais, sendo fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa. A redução das desigualdades econômicas, raciais, de gênero e outras formas de discriminação é central para o fortalecimento de uma democracia verdadeira.

No Brasil, essa luta é especialmente significativa, pois muitos dos indivíduos que

ainda enfrentam essas desigualdades fazem parte de grupos historicamente marginalizados, que não pertencem à hegemonia que se perpetua desde o período colonial. O sistema social e econômico do país continua refletindo essa estrutura desigual, que exclui boa parte da população de ter acesso aos direitos fundamentais que constituem uma democracia plena. Dessa forma, é impossível avançar na democracia e no fortalecimento dos direitos humanos sem que haja uma transformação profunda nas estruturas sociais que sustentam essas desigualdades.

Para Piketty (2014), a desigualdade social é uma das principais violações dos direitos humanos no mundo atual. A concentração de riqueza e poder econômico em poucos grupos sociais têm efeitos diretos no acesso da população a recursos básicos, como educação, saúde e comunicação. Segundo o autor, é urgente que sejam tomadas medidas político-econômicas para redução da desigualdade e aumento da justiça social.

Ao relacionar as teorias de Piketty (2014) sobre desigualdade social, principalmente em questões econômicas e políticas, pode-se perceber que a desigualdade social também está relacionada de maneira direta ao Direito à Comunicação. Isso porque, como o autor aponta, a concentração de poder econômico tende a afetar o funcionamento da democracia. Quando os meios de comunicação são controlados por grandes empresas e grupos econômicos, isso afeta a pluralidade de ideias e a diversidade de opiniões, limitando o acesso da população a informações e tornando mais difícil o exercício do Direito à Comunicação.

Conforme apontado pela pesquisa do Atlas da Notícia, a maior quantidade de veículos de Comunicação está localizada nos grandes centros urbanos do Brasil. Portanto, somente esses lugares têm assegurada a diversidade de fontes e opiniões na mídia, além de produção e circulação de conteúdo independente.

A mídia local no Brasil pode ser um importante ator para garantir a diversidade de informações e opiniões em todo o país. Os meios de comunicação locais, como jornais impressos, rádios e TVs regionais, são essenciais para levar informações de interesse público para as comunidades em que estão inseridos. Isso inclui notícias sobre a política local, a economia, a cultura e os eventos que acontecem na região.

Outro ponto de destaque para a importância da mídia local é sua contribuição para a formação da identidade cultural das diversas regiões do país. Através da divulgação de notícias, informações, eventos e produções culturais locais, a mídia regional ajuda a fortalecer e preservar as tradições e características de cada localidade. A discussão sobre os veículos locais de comunicação também perpassa a construção de memórias do local considerado um deserto de notícias. Isso porque, por meio da comunicação local, é possível

construir memoriais e linhas do tempo sobre o lugar.

A falta de mídia local no Brasil pode ser explicada por diversas perspectivas. Uma delas, e talvez a principal, é a concentração da propriedade dos meios de comunicação na mão de poucos grupos que dominam o mercado em determinadas regiões. De acordo com o Atlas da Notícia, por exemplo, em termos absolutos, as cidades de Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo concentram a maior quantidade de jornais e sites de notícias do país. Coletivamente, essas cidades abrigam aproximadamente 20% do total de veículos de informação no território nacional.

Essa concentração da mídia brasileira dificulta o surgimento de novos veículos de comunicação local e independentes, que não contam com o mesmo poder econômico e político dos grandes conglomerados midiáticos. Também, para além da falta de incentivo para novos veículos, a concentração da grande mídia nas grandes capitais e pertencentes a poucos grupos da elite brasileira, pode prejudicar os processos democráticos do país, pois a notícia passa a ser orientada por interesses privados e não pela perspectiva do direito à Comunicação.

Então, para além da questão econômica, é importante analisar a falta de incentivo à mídia local pela perspectiva de que a elite do país pode se beneficiar da falta de informação da população. Ao manterem a população desinformada, detentores de poder econômico e político, como os governos, não são cobrados pela sociedade e podem tomar decisões de acordo com seus interesses, sem serem questionados por suas deliberações.

Além disso, também há a ausência de políticas públicas que incentivem o desenvolvimento da mídia local. Muitos municípios não têm verba para investir em veículos de comunicação locais, e as poucas iniciativas existentes acabam enfrentando dificuldades para se manter no mercado, o que aumenta ainda mais a concentração de mídia e falta de diversidade no setor.

Ao falar sobre desigualdade social, Mário Theodoro (2022) avança no debate proposto por Piketty, que aborda a desigualdade social atrelada à questão econômica e política, além de apresentar soluções de distribuição de renda, por exemplo. Theodoro (2022), para além da economia e política, coloca a questão racial como ponto central da desigualdade social no Brasil. Para o autor, mesmo após o fim da escravidão, todas as políticas públicas brasileiras ainda deixam rastros do racismo e, muitas vezes, reforçam a desigualdade social que é mais acentuada quando é feito o recorte de raça.

De acordo com Mário Theodoro (2022), o Brasil foi o país que mais cresceu economicamente no século XX e, ainda assim, não conseguiu diminuir as desigualdades sociais impostas desde o período da escravidão. Para ele, a desigualdade é um pilar

fundamental para manutenção de privilégios da classe média no país e, por isso, até as políticas públicas ditas progressivas e com foco na redução da desigualdade social, não têm verdadeiramente esse fim. Ao traçar todo o histórico do Brasil desde o período da escravidão, Mário Theodoro também destaca a questão racial como ponto central para a desigualdade social no país.

O Direito à Comunicação, principalmente relacionado à presença de mídia local, reforça a teoria do autor. O município de Flores de Goiás, por exemplo, é o objeto de estudo desta pesquisa por ser um município deserto de notícias e, de acordo com os dados do IBGE, 75% de sua população se autodeclara negra. No Estado de Goiás, o município com menor IDH é Cavalcante, uma comunidade quilombola que também é considerada deserto de notícias.

No site da Prefeitura de Flores de Goiás, é possível encontrar uma breve narrativa sobre a história do município. De acordo com as informações no site⁸, às margens do rio Paranã chegaram negros que escaparam das lavouras de cana-de-açúcar do litoral, do sertão baiano e das minas de ouro. Registros paroquiais apontam a fundação de uma vila chamada Flores em 1653 pelo bandeirante Manoel Rodrigues Tomar. Naquela época, já havia outros grupos de pessoas negras, que conseguiram fugir do regime escravocrata, estabelecidas na região e o quilombo era conhecido como Conceição, composto por negros e indígenas.

Com o tempo, fazendeiros e suas comitivas, que também haviam fugido de um longo período de seca no sertão baiano, se estabeleceram na área, formando o Arraial Vila de Flores, em homenagem ao filho do bandeirante Manoel Rodrigues Tomar, apelidado de Flores.

Atualmente, dados do IBGE apontam que o município tem 13.744 pessoas, sendo que 75% da população se autodeclara negra. O salário médio mensal de Flores do Goiás é de 1,8 salário mínimo, de acordo com os dados do IBGE (2022). Em 2021, a Prefeitura do município aderiu ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial, uma política pública que garante acesso prioritário à implementação do conjunto de iniciativas destinadas ao combate da desigualdade racial no Brasil.

É fundamental, especialmente no Brasil, considerar a interseccionalidade ao analisar a desigualdade social, uma vez que os diferentes marcadores sociais, como gênero, raça e orientação sexual, influenciam de maneira distinta as experiências de vulnerabilidade e exclusão de determinados grupos. Pires (2018, p. 67) destaca que “as potencialidades dos

⁸ Disponível em: <http://portal.floresdegoias.go.gov.br/>

direitos humanos só fazem sentido se entendidas a partir das representações sobre o humano que definem os próprios contornos da proteção jurídica”, o que implica que os direitos humanos devem ser interpretados de forma a englobar as múltiplas dimensões da identidade e da vivência das pessoas.

Sem a consideração desses aspectos interseccionais, as políticas públicas correm o risco de não atingir seu objetivo de forma eficaz. Uma política voltada para a redução das desigualdades sociais e para a garantia dos direitos humanos precisa, necessariamente, entender as especificidades das experiências de diferentes grupos. Caso contrário, pode-se fortalecer ainda mais as desigualdades existentes, ao oferecer soluções que não contemplam as realidades vividas por aqueles que enfrentam múltiplas formas de discriminação e exclusão. Portanto, a interseccionalidade deve ser vista como uma ferramenta essencial para a criação de políticas públicas justas e inclusivas.

As políticas públicas têm como objetivo reduzir as desigualdades sociais e garantir uma melhor qualidade de vida e dignidade para todos os cidadãos, englobando todas suas especificidades e marcadores sociais. No entanto, é importante compreender que as desigualdades frequentemente possuem múltiplas raízes, que não se limitam apenas à questão econômica:

Embora a dimensão econômica da experiência social seja incontornavelmente importante, pois impacta de modo decisivo nas condições materiais de existência, é necessário que as outras dimensões sejam consideradas como fatores essenciais para a compreensão dos fenômenos experimentados em nossa sociedade (Botelho; Nascimento, 2016, p. 27).

De acordo com Muller (2008), existem o referencial global e setorial para pensar o contexto em que as políticas públicas são criadas. No primeiro, é necessário levar em consideração toda a situação em que o problema a ser resolvido está inserido, no segundo, é apenas um problema com o fim nele mesmo. Pensando em Direito à Comunicação, é fundamental que as políticas públicas sejam vistas por uma perspectiva global, pois a informação e a comunicação regem todo o sistema da sociedade e todos os acessos aos outros direitos da população.

A interseccionalidade no contexto do Direito à Comunicação, sobretudo quanto à mídia local, relaciona-se, primeiramente, sobre o acesso à informação e possibilidade de participação social, além da diversidade e respeito às características de cada região, respeitando a linguagem e reforçando os traços culturais. A informação, vinda de um veículo local, leva em consideração as especificidades geográficas, assim como, os assuntos de interesse de cada localidade, principalmente quando se trata de grupos historicamente

marginalizados e sub-representados.

A abordagem interseccional no contexto do Direito à Comunicação, além de garantir a diversidade e o respeito às características locais, se torna ainda mais relevante quando se observa as necessidades de grupos historicamente marginalizados, como populações negras, indígenas e LGBTQIA+. Esses grupos, frequentemente, não têm seus interesses representados adequadamente pelos meios de comunicação convencionais, o que os impede de acessar informações fundamentais para sua participação efetiva na sociedade.

Mais do que isso, muitas vezes eles não se veem refletidos na mídia, não tendo suas identidades, histórias e demandas reconhecidas ou representadas. Ao considerar as especificidades regionais e culturais, a mídia local tem um papel vital, pois consegue se aproximar da realidade dessas populações, promovendo a inclusão e a disseminação de informações relevantes para suas vivências diárias.

Além disso, ao adotar uma perspectiva global na criação de políticas públicas para o Direito à Comunicação, é possível construir um sistema de comunicação mais equitativo e acessível para todos. Isso envolve não só a garantia de acesso à informação, mas também a criação de canais que possibilitem a participação ativa da sociedade, sobretudo daqueles que estão à margem dos fluxos informacionais dominantes. Para que as políticas públicas atinjam sua eficácia e alcance, é necessário que elas considerem tanto o contexto local, com suas diversidades e especificidades, quanto a interdependência entre os diferentes direitos humanos, reconhecendo a comunicação como uma ferramenta essencial para a plena realização da cidadania e da justiça social.

Embora a falta de representação e o distanciamento das demandas da população por parte dos veículos de comunicação convencionais seja uma questão central, o impacto dessa ausência vai além da omissão. Quando as necessidades e as vozes de determinados grupos não são ouvidas ou refletidas nos meios de comunicação, isso cria um vazio informativo que dificulta que essas pessoas se engajem plenamente na sociedade.

Esse distanciamento não só dificulta o acesso a informações essenciais, mas também gera um processo contínuo de exclusão, no qual essas comunidades não se veem refletidas na esfera pública e social, nem têm suas realidades e desafios adequadamente representados. Esse fenômeno, quando não tratado, gera um ciclo de exclusão que perpetua a desigualdade e limita a capacidade de ação desses grupos em diversas camadas da sociedade.

Nesse sentido, o conceito de invisibilidade pública tem muita relação com os desertos de notícias. De acordo com Gonçalves Filho⁹ (2004, p. 22):

Invisibilidade Pública é expressão que resume diversas manifestações de um sofrimento político: a humilhação social, um sofrimento longamente aturado e ruminado por gente das classes pobres. Um sofrimento que, no caso brasileiro e várias gerações atrás, começou por golpes de espoliação e servidão que caíram pesados sobre nativos e africanos, depois sobre imigrantes baixo-salariados: a violação da terra, a perda de bens, a ofensa contra crenças, ritos e festas, o trabalho forçado, a dominação nos engenhos ou depois nas fazendas e nas fábricas.

Para Costa (2008), invisibilidade pública é um fenômeno que se manifesta quando certos indivíduos ou grupos se tornam “invisíveis” para o resto da sociedade, não sendo reconhecidos ou representados de maneira justa nas esferas pública e política. Trata-se de um desaparecimento simbólico, onde essas pessoas ou grupos não são percebidos em suas necessidades e direitos.

Frequentemente alimentada também pela luta de classes e disparidade econômica no Brasil, a invisibilidade pública reforça a desigualdade social e não se trata apenas de uma questão de ausência de presença, mas também quais grupos sociais a sociedade escolhe priorizar, dar visibilidade e valor.

Relacionada à desigualdade social, a invisibilidade pública se configura como uma das principais manifestações da exclusão estrutural. Ela está intimamente ligada a uma distribuição desigual de recursos e oportunidades, onde grupos sociais minorizados (embora algumas vezes numericamente superiores) são sistematicamente deixados de lado. As disparidades econômicas, raciais, de gênero e de outros marcadores sociais tornam-se ainda mais pronunciadas quando a mídia e as instituições públicas falham em reconhecer e representar as necessidades e realidades desses grupos marginalizados.

Os direitos humanos sofrem muitas perdas diante de cenários de invisibilidade pública, pois compromete o acesso à informação e à participação efetiva dos indivíduos na construção de suas próprias realidades. Quando um grupo social é mantido à margem da esfera pública, suas necessidades e direitos são sistematicamente desconsiderados, o que impede o reconhecimento de sua dignidade e de suas demandas. Isso não só viola o direito à comunicação, mas também outros direitos fundamentais, como o direito à educação, à saúde e à segurança, entre outros.

Tal invisibilidade se reflete diretamente nos desertos de notícias, áreas em que a

⁹ O autor graduou-se em Psicologia na Universidade de São Paulo (1986). Na mesma universidade, realizou mestrado (1995) e doutorado (1999) em Psicologia Social. Seu tema persistente de investigação corresponde ao que tem designado como humilhação social ou humilhação política. Atualmente é Professor Doutor no Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo.

escassez de informação e a falta de cobertura jornalística comprometem o acesso da população a temas essenciais, como direito à saúde, à educação e às políticas públicas. Em muitas regiões, especialmente em áreas periféricas e rurais, a população local vive sem acesso a informações que poderiam melhorar suas condições de vida, perpetuando a marginalização e o abandono social. A ausência de cobertura jornalística não é apenas uma falha na disseminação de dados, mas uma forma de manter essas populações em um estado de desinformação, sem poder para reivindicar ou exigir seus direitos. A luta contra a invisibilidade pública passa, assim, pela democratização da informação e pela garantia de que todos os grupos, independentemente de sua classe social ou origem, tenham acesso a uma mídia que os represente e os inclua na discussão pública.

CAPÍTULO 2 - RAÍZES DA PESQUISA: VOZES DE FLORES DE GOIÁS

2.1. O CAMINHO DAS FLORES

Encontrar informações detalhadas na Internet sobre como chegar a Flores de Goiás é praticamente impossível. Não há dados sobre os meios de transporte disponíveis, horários ou outras orientações relevantes. Pelo Google Maps, é possível traçar o percurso, mas apenas se feito de carro. No entanto, tive que recorrer a um colega, cuja família possui uma fazenda na região, para obter mais detalhes. Ele entrou em contato com conhecidos de Flores, que informaram: há um ônibus diário saindo da rodoviária de Formosa às 15h com destino a Flores. Porém, já me alertaram que, em alguns dias, o ônibus lota rapidamente e acaba saindo antes do horário. Por isso, é recomendável chegar mais cedo ao terminal rodoviário de Formosa para evitar perder o transporte, pois, se isso acontecer, só há outro no dia seguinte.

Além do ônibus, descobri uma alternativa interessante: é possível pegar carona com pessoas que costumam fazer o trajeto de carro. Existe um grupo no *WhatsApp* em que os motoristas oferecem caronas por um valor simbólico, facilitando o deslocamento para aqueles que precisam. Por questões de segurança, optei por seguir até Flores pelo transporte público, mesmo que demorasse um tempo maior até chegar ao destino final.

No dia 12 de agosto de 2024, peguei o ônibus na Rodoviária de Brasília por volta das 9h da manhã com destino à Formosa, com a expectativa cumprida de voltar no dia 17 de agosto a Brasília, mas só era possível a passagem no dia do retorno. Ao embarcar, percebi que o ônibus que eu havia escolhido não era de fato um transporte direto para o meu destino, mas sim uma linha que vinha de São Paulo, com destino final em uma cidade do interior da Bahia. Os passageiros que estavam a bordo já estavam no trajeto há cerca de doze horas e, por isso, o ônibus fez uma parada longa, de quase uma hora, na garagem da empresa responsável pelo transporte. Esse intervalo serviu para limpar os veículos e realizar a troca de motoristas, um procedimento necessário para garantir a continuidade da viagem.

Após essa parada, seguimos viagem em direção a Formosa, município goiano, chegando lá por volta das 11h. Ao desembarcar, me dirigi ao ponto de atendimento da empresa que fazia o trajeto até Flores de Goiás, mas, para minha surpresa, ao procurar o guichê, encontrei uma placa informando que o serviço estava fechado no momento devido ao horário de almoço da funcionária, que duraria até às 13h. A placa fixada no vidro do guichê também trazia informações sobre os horários de ônibus para Flores de Goiás, que partiam uma vez por dia, de segunda a sábado, sempre às 15h. Na comunicação oficial, não havia a

informação sobre a possibilidade de o ônibus sair mais cedo em caso de lotação, como eu havia descoberto anteriormente com a ajuda do meu colega.

Às 13h, a atendente voltou ao guichê e reabriu as vendas de passagens. Ela me perguntou se o meu destino final era a cidade de Flores ou algum assentamento. Confirmei que meu destino era a Rodoviária de Flores de Goiás. A passagem custou R\$ 42,50, e a atendente explicou que o preço varia dependendo de onde o passageiro desembarca, sendo o valor total para quem vai até o ponto final, como era o meu caso.

Entre 13h e 15h, observei a movimentação na Rodoviária de Formosa. Muitas pessoas chegavam carregando sacolas, caixas e malas, geralmente cheias de mantimentos. Durante minha estada em Flores, descobri que Formosa é o principal centro urbano para quem vive no município. Grande parte da população faz suas compras, tanto no atacado quanto no varejo, em Formosa e utiliza o ônibus diário para transportar seus produtos de volta para casa.

Figura 1: Ônibus que faz o trajeto de Formosa a Flores de Goiás, na Rodoviária de Formosa.



Fonte: a própria autora, 2024

O trajeto de aproximadamente 150 km entre Formosa e Flores de Goiás levou mais de quatro horas. O estado precário do ônibus, aliado ao peso da carga e às diversas paradas, prolongou bastante a viagem. A estrada não contava com pontos de ônibus oficiais, mas o veículo parava para qualquer pessoa que estivesse à beira da rodovia e fizesse sinal para entrar. Quando perguntei ao cobrador por que tantas pessoas esperavam ao longo da rodovia,

ele explicou que há muitas fazendas espalhadas pelo trajeto, e os trabalhadores utilizam o ônibus para ir para casa ou resolver pendências em Flores.

Além disso, o ônibus parava em todos os postos de gasolina e adentrava nos pequenos municípios ao longo do caminho. Por ser o único ônibus diário, havia grande fluxo de pessoas entrando e saindo do veículo. Notei também que o valor da passagem diminuía conforme nos aproximávamos de Flores de Goiás. O cobrador explicou que havia valores fixos para cada trecho, mas, entre dois municípios pequenos, cobrava-se o valor mais alto. Às vezes, ele fazia uma estimativa, mas sempre cobrava o valor na hora, sem descontos ou com a possibilidade de pagar depois.

Já na BR-020, uma bifurcação à esquerda indica a entrada para Flores de Goiás, marcada por um grande letreiro em letras garrafais: “Eu amo Flores de Goiás”. Ao passar pela placa de boas-vindas, a BR-020 dá lugar à GO-114. Do letreiro até a rodoviária de Flores de Goiás, são mais de 55 km de estrada.

Figura 2 - Rodovia GO-114



Fonte: Google Maps

A partir do letreiro, o ônibus, que até então tinha feito muitas paradas para que mais passageiros pudessem entrar, agora passou a fazer dezenas de outras paradas para quem quisesse descer. Até chegar ao destino final, na Rodoviária de Flores, contei mais de 20 paradas. No dia seguinte, descobri que o alto número de paradas acontece porque o território de Flores começa no letreiro, e no percurso estavam as fazendas e alguns assentamentos.

A Rodoviária de Flores fica logo na entrada da cidade, é uma espécie de galpão que está sempre vazio. Entretanto, aos sábados, o espaço abriga a feira do município. Agricultores

da região se reúnem e vendem seus produtos durante todo o dia: verduras, legumes, produtos naturais e alguns artesanatos ocupam as barracas que ficam dispostas ao longo do espaço. Nos outros dias da semana, o galpão fica menos movimentado, tornando-se apenas um espaço coberto e ponto de encontro diário para chegada e saída do ônibus que liga Flores à Formosa ou onde os passageiros esperam suas caronas.

Cheguei em Flores de Goiás já à noite, por volta das 19h30. A área urbana é dividida em duas áreas: Flores Nova e Flores Velha. Flores Nova é a parte mais recente e predominantemente residencial, enquanto Flores Velha abriga a parte mais antiga e histórica do município, que também conta com residências mais antigas. É em Flores Velha que se encontra a famosa igreja do século XVII, um marco da arquitetura local, além das casas que hoje funcionam como sede da Prefeitura e outros órgãos públicos, preservando a essência administrativa da cidade.

A pousada em que me hospedei ficava em Flores Nova, assim como a praça principal, tudo muito próximo à Rodoviária, o que facilitava bastante a locomoção pela parte mais nova do município. Andando da rodoviária até a pousada, foi possível perceber a simplicidade e as condições econômicas limitadas do município, refletindo sua realidade socioeconômica. A infraestrutura básica e o estilo de vida local evidenciavam o cotidiano de uma comunidade que enfrenta desafios em termos de desenvolvimento, o que se torna evidente ao considerar que Flores de Goiás possui o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)¹⁰ do Centro-Oeste.

¹⁰O IDH compara indicadores como riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros, com o intuito de avaliar o bem-estar de uma população. Ele varia de 0 a 1 e é divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em seu relatório anual. Quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento humano do país. Em 2022, o IDH do Brasil foi 0,760. O IDHM é calculado a partir da média geométrica de três indicadores, longevidade, educação e renda e, assim como o IDH, quanto mais próximo de 1, melhor é a qualidade de vida no município. A nota de Flores de Goiás é 0,597. Já a de Goiânia, capital do Goiás, é 0,799. Brasília está em primeiro lugar no ranking com 0,824.

Figura 3 - Placa de Flores de Goiás na praça do município



Fonte: a própria autora, 2024

A pousada era muito simples e, no primeiro dia de manhã, Fabiana, a recepcionista, me contou um pouco sobre a situação atual de Flores. Ela mencionou que o município se tornou um ponto de passagem para muitos viajantes, como caminhoneiros e fazendeiros, que se hospedam ali antes de seguir suas rotas ou realizar atividades nas propriedades rurais. Uma característica marcante de Flores é que a maior parte da população não reside na zona urbana. A juventude, em particular, está quase sempre fora do município, seja para estudar em cidades vizinhas ou para trabalhar nas fazendas da região. Essa dinâmica contribui para que Flores seja percebida como um lugar esvaziado, onde o movimento é escasso e a vida urbana se limita a um pequeno grupo de pessoas.

O comércio e as atividades sociais são impactados por essa realidade de esvaziamento urbano. Os poucos estabelecimentos comerciais que existem atendem, em grande parte, às necessidades dos moradores que ali vivem, como comerciantes e servidores públicos. Fabiana compartilhou que ela mesma reside em uma fazenda com sua família e se desloca diariamente para Flores por conta do trabalho. Essa rotina revela uma interdependência entre a zona rural e o município, mas também destaca a falta de opções para os jovens. Sem oportunidades significativas de emprego e educação na própria cidade, muitos se veem obrigados a buscar suas perspectivas de futuro em outros lugares, tornando a cidade ainda mais silenciosa e isolada.

No meu primeiro dia no município, perguntei à Fabiana como eu conseguiria chegar à Prefeitura e se havia um serviço de mototáxi, pois já sabia que meu percurso durava de dois a três quilômetros por trecho. Ela me explicou que o percurso poderia ser feito andando ou, se

eu desse sorte, alguém de moto ia me parar no meio do caminho para oferecer carona. Em seguida, ela disse que lá era muito seguro, o máximo que poderia acontecer era um ataque de galinhas pelo trajeto.

Durante as semanas que antecederam à minha viagem, tentei contato com a Prefeitura e a Secretaria de Assistência Social tanto via e-mail quanto por *WhatsApp* para marcar uma entrevista e conhecer o município pela perspectiva governamental. Entretanto, só consegui retorno por mensagem da equipe da Secretaria avisando que, se surgisse um espaço na agenda da Secretária, entrariam em contato comigo. Devido à falta de retorno pré-viagem, entendi que o caminho para conversar com alguém da Prefeitura seria ir até lá presencialmente.

O trecho de três quilômetros que separa a pousada da Prefeitura era muito tranquilo, com pouco fluxo de carros, motos e cavalos, e, menos ainda, de pedestres. Todos dividiam uma pista de mão dupla, pois não existia calçada, mas o pouco movimento dava uma sensação de segurança ao longo do trajeto. No caminho percorrido, também era possível ver algumas casas mais antigas, já sinalizando que eu estava chegando em Flores Velha, e algumas casas pequenas no centro de grandes terrenos, onde andavam as galinhas e galos.

A Prefeitura fica localizada em uma casa reformada para se tornar um espaço público. Logo em frente, está a famosa Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Complementando o quadrilátero estão o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e o Colégio Estadual Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que recebe estudantes do Ensino Fundamental e Médio. Toda essa região está muito próxima do Rio Paranã, o rio mais conhecido da região.

Ao chegar na Prefeitura e me apresentar, a recepcionista gentilmente disse que o prefeito estava lá, mas não poderia me receber. Disse que, para esses assuntos, a secretária de Turismo, Cultura e Igualdade Racial poderia me receber. Perguntei se ela trabalhava no prédio da Prefeitura e se estava lá para conversar comigo e a recepcionista me disse que o prédio da Secretaria ficava em Flores Nova, perto da praça. Ao perguntar um pouco mais da localização, descobri que era uma casa do outro lado da rua onde eu estava hospedada. Voltei caminhando os três quilômetros do percurso até a parte nova da cidade.

Chegando na casa que abriga a Secretaria de Turismo, Cultura e Igualdade Racial, fui recebida por Anderson, que trabalha no local e me atendeu com muita animação. Ele disse que Rozimere, a Secretária, não estava, mas voltaria após o almoço. Comentei com ele que tentei contato pelos canais oficiais da Prefeitura, mas não consegui resposta nem conversar com o prefeito. Ele, gentilmente, me passou o telefone pessoal do prefeito e disse que todo

mundo tinha o telefone dele, que eu podia só mandar uma mensagem que ele me responderia rápido.

Ao atravessar a rua de volta para a pousada, pedi a Fabiana uma sugestão de lugar para almoçar. Ela mencionou um restaurante *self-service* próximo, mas avisou que era frequentado principalmente por fazendeiros e viajantes de passagem. Segui até o local, que ficava numa construção pequena e simples, parecida com uma casa. Logo ao chegar, percebi o ambiente: cheio de homens com chapéus de *cowboy* e cintos de fivela. Quando me viram na porta, todos pararam de conversar e me observaram, como se estivessem estranhando a presença de uma visitante que não se vestia como eles.

A dona do restaurante veio ao meu encontro, me cumprimentou e, com simpatia, me acompanhou até uma mesa, dizendo que ia preparar mais uma porção de frango, pois já havia acabado. Pouco tempo depois, colocou a comida no balcão e me avisou que eu poderia me servir. Sentou-se comigo e perguntou o que me trazia a Flores; ao contar sobre minha pesquisa, ela disse que achava interessante, ressaltando que geralmente os pesquisadores que vinham à cidade eram estudantes de Agronomia ou Ciências Biológicas. Quando perguntei sobre o acesso a informações no município, ela mudou de assunto, dizendo apenas que sempre ficava sabendo de tudo, pois todo mundo lá conversava muito entre si. Ao final, perguntou até quando eu ficaria e brincou que já contava com a minha presença para o almoço nos próximos dias, prometendo guardar minha porção durante a semana.

Mandeí mensagem para o prefeito, já sem expectativa de retorno dele e assim aconteceu. À tarde, por volta das 14h30, voltei à Secretaria de Turismo, Cultura e Igualdade Racial para conversar com Rozimere e ela me atendeu prontamente. Após explicar sobre a minha pesquisa, pedi que ela contasse um pouco mais sobre como era feita a comunicação entre as secretarias e Prefeitura com os moradores de Flores de Goiás.

Antes de falar do fluxo de comunicação em si, ela me explicou quais regiões abrangiam o que é conhecido por Flores de Goiás. Ao todo, são 22 assentamentos registrados pelo INCRA, dois quilombos, as fazendas e as regiões de Flores Nova e Flores Velha. O território do município vai até a divisa do Goiás com Minas Gerais, para se ter dimensão da grandiosidade.

Rozimere também destacou que os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a população não refletiam a realidade. De acordo com o IBGE, Flores de Goiás tem 13 mil habitantes. Entretanto, a Secretária contou que, ao fazerem a contagem, o Instituto não foi em todas as fazendas e nem em todos os assentamentos, então não é possível saber de fato quantas são as pessoas atendidas pelas políticas públicas da

Prefeitura de Flores de Goiás.

Segundo ela, a subnotificação da população local resulta em uma contagem imprecisa, que não reflete a verdadeira dimensão do município. Essa imprecisão pode ser atribuída a diversos fatores, como a migração da população jovem para outros locais em busca de oportunidades ou a presença de habitantes que vivem nas áreas rurais e não são devidamente contabilizados. Com esses números inflacionados, o município é penalizado em termos de repasses financeiros do governo federal, já que o cálculo de verbas e recursos destinados a investimentos sociais e infraestrutura é diretamente proporcional à população registrada.

Como resultado dessa subnotificação, Flores enfrenta um ciclo vicioso de escassez de recursos. Com menos verbas disponíveis, a Prefeitura tem dificuldade em implementar políticas públicas eficazes que possam promover o desenvolvimento local e melhorar a qualidade de vida dos moradores. A falta de precisão nos dados do IBGE, portanto, não apenas distorce a realidade demográfica, mas também compromete o futuro do município, que se vê sem os recursos adequados para impulsionar seu crescimento e atender a população que realmente reside ali.

Para saber mais sobre a história de Flores, a entrevistada recomendou que eu procurasse Domingos Ferreira, presidente da associação quilombola de Flores de Goiás. Segundo ela, Domingos é uma das pessoas que mais tem conhecimento sobre a história quilombola da região e tem desempenhado um papel importante na preservação dessa memória.

Rozimere conclui a conversa me passando o contato de Domingos e anotando o meu. Ela também garantiu que me enviaria, por WhatsApp, o convite para a celebração de Nossa Senhora do Rosário em 2025. Respondi que, se conseguir participar da festividade no próximo ano, farei questão de compartilhar essa experiência com todos que conheço, para que mais pessoas também possam conhecer a grandiosidade da cultura e das tradições de Flores de Goiás.

2.2. DE TERRAS A FLORES: ONDE TUDO COMEÇOU

Flores de Goiás - 279 anos de Fé e Cultura

“Mãe Negra

Grande é a mãe do sertão

Que educa seus filhos na Mão do Pilão

Mãe que acolhe filhos de outras mães

Que alimenta e dá carinho na hora da dor

Mãe da cor e de toda cor

Oferta de suas veias e alimento para alma

Mãe que dança para o Santo do Amarante

Mãe que alimenta as almas de seus imigrantes

Dança batuque com suas Rainhas

Que vive a alegria dos seus ancestrais

Que atende por nome “Flores de Goiás”

(DOMINGOS FERREIRA, [2019], inédito)

Domingos Ferreira não foi o meu primeiro entrevistado durante a pesquisa de campo, mas foi quem mais falou sobre a história, cultura e política de Flores de Goiás. Ele é autor do poema citado acima, em que destaca algumas características culturais fundamentais para a compreensão do município, como o Batuque com as Rainhas e sobre ter acolhido tantas pessoas de diferentes lugares.

O entrevistado, junto com sua esposa Babi Ferreira, me receberam em sua casa por volta das 18h e lá ficamos conversando por mais de quatro horas. Desde o primeiro contato com Domingos, ele demonstrou extrema boa vontade e interesse em contar a história do lugar onde nasceu e que também é terra de todos os seus familiares.

Ele é de Flores de Goiás, tem 46 anos. Ela tem 43 anos e nasceu em Anápolis. O casal se conheceu enquanto faziam o Ensino Superior em Formosa e, atualmente, trabalham como professores concursados da rede básica de ensino em Flores de Goiás. Tiveram 3 filhos, a mais velha está terminando o doutorado no Mato Grosso do Sul, a do meio está terminando o mestrado em Goiânia, Goiás, e o mais novo está na graduação, também na capital goiana.

A família sempre demonstrou um profundo comprometimento em preservar e transmitir a cultura de Flores de Goiás, exercendo um papel central nas tradições locais. Esse engajamento se reflete na manutenção do batuque, um importante elemento cultural que eles se esforçam para manter vivo e vibrante. Com dedicação e zelo, são responsáveis pelos ensaios e pela apresentação desse ritmo tradicional durante a Festa em Louvor a Nossa Senhora do Rosário e Caçada à Rainha.

Realizada anualmente, a Festa de Nossa Senhora do Rosário e Caçada à Rainha é uma das celebrações mais emblemáticas de Flores. Essa festividade, que remonta ao período em que a região era um território quilombola, não celebra apenas a história e a identidade da comunidade, mas também fortalece a memória coletiva do município, valorizando a contribuição dos quilombolas para a formação cultural local.

Figura 4: Estandarte da festa de Nossa Senhora do Rosário, estendido na casa de Domingos e Babi



Fonte: a própria autora, 2024

Além do contexto histórico, a festividade inclui apresentações de artistas regionais, onde a família Oliveira se concentra na parte tradicional do evento, enquanto a Prefeitura organiza os shows noturnos. Atualmente, a festividade envolve a participação de toda a comunidade, incluindo um sorteio na igreja católica de Flores para escolher os casais que representarão o Rei e a Rainha a cada ano.

A família Oliveira, atuando como guardião desse patrimônio imaterial, garante que as gerações futuras compreendam e respeitem o passado de Flores, mantendo vivas as tradições e a história que sustentam a identidade do lugar. Domingos e Babi compartilham com orgulho e empolgação suas experiências nessa celebração, mostrando fotos e vídeos dos ensaios e da participação de seus filhos, que vêm de suas residências atuais para se juntar ao evento. A família se envolve integralmente nas festividades, eles participam compondo, cantando, dançando e tocando instrumentos musicais durante a apresentação.

O engajamento da família também aparece no contexto político de Flores de Goiás, pois o casal é fundador da Associação Quilombola de Flores de Goiás, que foi criada com o intuito de manter viva a memória quilombola do município, assim como se fortalecer e ter a região reconhecida pelas autoridades. Domingos contou que até 2021 estavam com toda a documentação necessária para fazer com que o território de Flores fosse reconhecido como quilombo, mas com a mudança na legislação no governo vigente na época, eles não conseguiram o reconhecimento e até hoje a associação luta por esse título.

Os líderes da comunidade de Flores de Goiás estão atentos às políticas públicas prioritárias que possam beneficiar o povo quilombola. Domingos e Babi trabalham incansavelmente para garantir que a identidade quilombola de Flores seja respeitada e que o município possa usufruir dos direitos que essas políticas promovem. Esse esforço inclui acompanhar de perto os fomentos e as oportunidades que viabilizem o acesso a programas específicos para quilombolas, fortalecendo o reconhecimento, as especificidades e o suporte para a população local.

Um exemplo concreto desse trabalho da associação foi a inclusão de Flores em um projeto de atendimento odontológico itinerante, conquistado graças ao esforço da comunidade quilombola. Esse projeto leva uma espécie de consultório odontológico móvel até os locais remotos do município, com um carro totalmente equipado com materiais e instrumentos odontológicos necessários para realizar os atendimentos diretamente nas comunidades. Embora o benefício tenha sido obtido pela atuação direta da associação, ele acabou sendo apresentado pela Prefeitura como uma conquista municipal, como se fosse fruto dos esforços públicos locais, o que gerou insatisfação entre os membros da associação.

O casal, representante da associação quilombola, ressaltou seus esforços contínuos para a recuperação da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um monumento de grande importância histórica para o município. Babi enfatizou que, ao longo dos anos, participaram de diversas reuniões com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹¹, o Ministério Público e outros órgãos competentes. Apesar do reconhecimento da necessidade de restauração por parte dessas instituições, eles frisaram que a solução requer um esforço colaborativo. A recuperação da igreja não pode ser vista de forma isolada; é fundamental integrá-la a um plano mais amplo que inclua projetos de saneamento básico e medidas de contenção das enchentes que periodicamente inundam Flores Velha.

¹¹O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é o órgão responsável pela preservação e proteção do patrimônio cultural brasileiro, atuando na identificação, registro e conservação de bens materiais e imateriais.

Pela conversa com o casal, ficou evidente que existe uma divergência de opiniões entre a associação e a Prefeitura sobre o status quilombola de Flores de Goiás. Para a associação, todo o território conserva seu caráter quilombola e deve ser visto e tratado como tal, reforçando as tradições que ainda sustentam a identidade local. Para a Prefeitura, por outro lado, a região já foi oficialmente reconhecida como quilombola, mas essa identidade se diluiu com o passar dos anos, principalmente com a chegada de fazendeiros de várias regiões do Brasil e da formalização dos assentamentos no local.

Ao contar a história de Flores de Goiás, Domingos e Babi começaram a falar trazendo uma perspectiva temporal muito interessante, eles disseram que “reconhecemos, valorizamos e nos orgulhamos da história de Zumbi dos Palmares, mas quando ele nasceu, nosso quilombo já existia”, e isso marca um processo de luta e resistência do povo de Flores de Goiás que é pouco conhecido pelos brasileiros.

Pedi que me “contassem do começo”: como surgiu Flores e como chegaram até o presente. Durante a conversa, ficou claro que Domingos conhecia profundamente a história do município, pois a trajetória de sua família está intimamente ligada a esse lugar. Para ele, preservar a história de Flores de Goiás é também uma forma de honrar a própria ancestralidade.

A história de Flores vive intensamente na memória deles, especialmente de Domingos, que a conhece com uma riqueza de detalhes como se tivesse vivido no século XVII. Sua família preserva essa tradição de forma oral, como é comum entre povos quilombolas e originários, transmitindo a história de geração a geração. Babi complementa a história do marido, como se já tivesse ouvido tantas vezes, que sabia até dos detalhes e minúcias do contexto de Flores de Goiás.

Dois quilômetros separam “Flores Nova” de “Flores Velha”. Flores Velha é onde o município começou, onde surgiu o quilombo, onde a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, construída no século XVII por pessoas escravizadas e onde é possível ver construções mais antigas. Atualmente, ainda existem casas e moradores em Flores Velha, mas o movimento em torno da área acontece porque os principais órgãos públicos estão lá, como a Prefeitura, Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Saúde, por exemplo.

Figura 5: Foto da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, atualmente fechada por falta de manutenção



Fonte: a própria autora, 2024

A parte nova, conhecida como “Flores Nova”, é mais recente e fica em uma região mais alta. A construção das casas na região nova começou após as periódicas chuvas que cobriam as casas, fazendo com que o município precisasse se reerguer sempre após esses momentos. Assim, construir as casas em um espaço mais alto ajudaria que os moradores conseguissem manter suas moradias intactas, mas mantendo a proximidade com a região habitada desde o período da escravização no Brasil.

Domingos contou que o município de Flores de Goiás, como é conhecido hoje, tem suas raízes em um antigo quilombo chamado Conceição. No século XVI, escravizados que conseguiram fugir do regime de escravidão encontraram refúgio às margens do Rio Paranã. Ali, embora ainda não tivessem plena consciência de uma luta pela libertação, viviam isolados e em comunidade, experimentando uma liberdade inédita para eles. A religiosidade sempre teve um papel central na vida do quilombo, onde Nossa Senhora do Rosário era cultuada, e para ela construíram uma capela. Até hoje, Nossa Senhora do Rosário é reverenciada como a santa padroeira dos escravizados.

Anos depois, fazendeiros baianos, afetados pela seca e pela queda na produção de ouro que assolava o sertão da Bahia e comprometia suas riquezas, chegaram ao Quilombo Conceição. A migração em direção ao que hoje é Flores de Goiás foi motivada pela busca por terras férteis, onde poderiam estabelecer suas fazendas e recuperar os lucros perdidos.

Domingos e Babi comentaram que a parte histórica da chegada dos quilombolas não é contada nos sites oficiais, como o IBGE ou pelo próprio site da Prefeitura de Flores de Goiás.

A história, institucionalmente contada, começa a partir da chegada dos fazendeiros no território que já era habitado pelos quilombolas. Entretanto, o casal ressalta a importância das raízes quilombolas para o que o município se tornou, principalmente no contexto cultural.

Eles relatam que, durante muitos anos, o povo quilombola e os fazendeiros conviveram de forma harmoniosa na região, com uma divisão justa das terras, reconhecendo-se que o território originalmente pertencia aos quilombolas, que chegaram primeiro. A Igreja de Nossa Senhora do Rosário é um exemplo dessa colaboração, construída em conjunto pelos quilombolas e fazendeiros. O casal conta que negros que lideraram o quilombo, padres jesuítas que passaram pela região e até fazendeiros influentes foram sepultados sob a Igreja, evidenciando a convivência pacífica até determinado momento.

Embora por um período tenha havido uma boa convivência, essa harmonia foi gradualmente se dissipando ao longo dos anos. Com o tempo, mais fazendeiros passaram a chegar à região, ocupando porções cada vez maiores do território tradicionalmente pertencente ao povo quilombola. Essa expansão dos fazendeiros gerou um processo de fragmentação das terras, onde as áreas originalmente quilombolas foram sendo ocupadas e divididas de forma desigual.

Nos últimos anos, os quilombolas passaram também a ter de dividir parte de seu território com os assentamentos da região, intensificando a pressão sobre suas terras. Domingos contou que sua família, que habita a região desde os primórdios, já teve uma extensa área de terras quilombolas, mas ao longo do tempo viu grande parte desse território ser ocupado por pessoas de outras localidades.

Ainda sobre os conflitos territoriais, o casal enfatizou a dificuldade de estabelecer um diálogo efetivo com a Prefeitura. Domingos compartilha que sua família é vista como um incômodo para o governo local, especialmente por reivindicar o reconhecimento de Flores de Goiás como um quilombo. Além disso, eles atuam como uma sociedade civil ativa, que acompanha e pressiona por ações públicas que beneficiem a comunidade. O entrevistado ressalta que não quer brigar com ninguém, mas que sabe dos seus direitos e quer uma vida melhor para todos da região.

Quando perguntei se Domingos já havia considerado se candidatar à Prefeitura, ele foi enfático ao afirmar que não tem interesse nesse caminho. Ele observou que, entre os quilombolas, não há, em geral, disposição para se candidatar a cargos políticos. Babi complementa, ressaltando que, quando aparece algum candidato que se autodenomina quilombola, muitas vezes essa pessoa busca apenas se apropriar do discurso da comunidade

para angariar votos, sem realmente compreender e vivenciar as realidades e desafios enfrentados pelos quilombolas atualmente.

Durante a conversa, Domingos compartilhou uma anedota que costuma circular entre os membros da comunidade: dizem, em tom de brincadeira, que Flores de Goiás foi o primeiro quilombo do Brasil a ser institucionalizado e a se tornar um município, embora atualmente não seja institucionalmente reconhecido como quilombo. Ele mencionou que seu pai, uma figura politicamente ativa, desempenhou um papel fundamental na construção da política local, tornando-se o primeiro prefeito, embora tenha ocupado o cargo por um breve período. Domingos não se aprofundou nos detalhes sobre a gestão de seu pai, mas comentou que interesses maiores acabaram por afastá-lo do cargo, resultando na nomeação de um novo governante.

Enquanto contou sobre o período em que Flores foi se institucionalizando, Domingos lembrou de uma pessoa e disse que eu não poderia ir embora de lá sem conversar com ela: Dona Orosina. Ela é uma tia distante dele, faz parte da família, mas o mais importante: ela é a mulher mais velha do município. No auge dos seus recém-completos cem anos, a matriarca da família tem uma memória impressionante e adora contar histórias para quem a visita.

Domingos me passou o contato da neta de Dona Orosina, Mara, e disse que ela me ajudaria a organizar a visita. Saí da casa de Domingos e Babi por volta das 22h, depois de conversar por quatro horas. O casal disse que estaria disponível caso eu precisasse de mais informações e, assim como Rozimere, também falou que enviaria o convite para a Festa de Nossa Senhora do Rosário no próximo ano, mas reforçou que eu deveria chegar alguns dias antes para acompanhar os ensaios na casa deles também.

Na manhã seguinte, entrei em contato via *WhatsApp* com Mara, me apresentando e falando que o casal havia me passado o contato na noite anterior. Falei brevemente da minha pesquisa e que Dona Orosina havia sido citada como uma referência importante e que me contaria mais sobre a história de Flores de Goiás. Mara logo me mandou um áudio, disse que era enfermeira e estava trabalhando, mas que na hora do almoço ia na casa da avó perguntar se ela queria conversar comigo.

Depois do almoço, Mara disse que havia falado para a avó que uma jornalista de Brasília gostaria de conversar com ela e saber como é a vida de uma mulher de cem anos. A neta disse que a avó ficou animada e disse que eu poderia ir às 16h. Mara explicou que a Dona Orosina mora com o filho, Waldir, e que ele poderia ajudar a mãe a dar a entrevista. Para chegar até a casa, Mara me deu as coordenadas por mensagem de áudio: passar pela rua

que liga Flores Nova à Velha, ir até o final e virar à esquerda. “É a segunda casa depois do açougue, não tem erro”, Mara me disse.

O caminho da pousada até a casa da família era muito curto, menos de 10 minutos de caminhada. Por estar em um trajeto que ainda não havia feito em Flores, me atentei aos detalhes da redondeza, mas tudo seguia o padrão das outras áreas: casas pequenas, umas coladas às outras. As ruas sempre limpas e silenciosas, com poucas pessoas circulando pela área. A rua da casa da Dona Orosina destoava um pouco por ter terrenos maiores, as casas não eram coladas umas às outras. Entendi depois que aquela região foi onde a parte nova do município começou a ser construída e, por isso, havia um espaçamento maior

Cheguei à casa de Dona Orosina no horário combinado. Waldir estava sentado perto da porta de entrada, já me esperando. Ao me ver, ele foi até o portão e abriu para que eu entrasse. A casa é pequena e antiga, mas fica em um terreno muito grande. Ao lado da casa é possível ver um espaço destinado à plantação.

Figura 6: Casa de Dona Orosina



Fonte: a própria autora, 2024

Entrei na casa da família e a percepção é de que o tempo havia parado. Nas paredes, muitas fotos antigas da família, um diploma antigo, um grande quadro com a imagem de São Jorge e os móveis também já apresentavam o passar do tempo. Entrei na sala e Waldir pediu que eu sentasse no sofá enquanto ele ia chamar a mãe. Havia uma televisão na sala, que estava ligada no canal Tv Record passando o programa de notícias da tarde de alcance

regional, o Balanço Geral. O quarto era muito próximo, então pude ouvir a conversa dos dois. O filho disse: “ô mãe, vem pra sala, dona moça chegou”.

Dona Orosina saiu do quarto e veio em minha direção para me cumprimentar. Embora eu tenha me apresentado e falado meu nome, mãe e filho passaram todo o tempo da entrevista me chamando de “dona moça”. Embora muito lúcida, a matriarca da família, devido à idade, perdeu uma porcentagem da visão e da audição, então sentei-me o mais próximo possível a ela no sofá ao lado da poltrona em que ela estava.

Figura 7: Dona Orosina



Fonte: a própria autora, 2024

Falei que haviam me contado que ela era a matriarca de Flores de Goiás e que ia ter muita história pra contar. Bem-humorada, mas com a fala muito pausada, ela disse: “eu nem sei como estou viva há tanto tempo, na minha família todo mundo morre novo”. Ela me disse que no final de semana anterior havia sido seu aniversário de cem anos e que a família toda foi até Flores para comemorar o aniversário dela. Familiares de todos os cantos do Brasil participaram da comemoração e ela ficou muito feliz.

Perguntei, então, quantos filhos ela tinha. “Doze”, respondeu, mas acrescentou que cinco já haviam falecido, assim como o marido, com quem compartilhou 43 anos de casamento. Ao longo do tempo, muitos de seus filhos e netos deixaram Flores de Goiás em busca de oportunidades em outras cidades. Hoje, ela vive com Waldir, um dos filhos, que a acompanha e auxilia na rotina diária.

Apesar da idade avançada de Dona Orosina, Waldir conta que a mãe mantém uma surpreendente independência. Ele enfatiza que ela faz a maioria de suas atividades sozinha,

sem depender dos outros, inclusive o banho. A força e a autonomia que ela preserva são, segundo ele, uma marca que ela faz questão de manter, resistindo às limitações naturais da idade avançada.

Ao conversar sobre o passado, Dona Orosina contou como era o município antigamente. Ela disse que era cheio de fazenda e que tinha ainda menos gente. Tanto as mulheres quanto os homens passavam o dia trabalhando na roça. Ela contou que trabalhou fazendo muitas coisas na época que morava na área rural: buscava lenha, plantava cana, mandioca e carregava balde de água na cabeça.

Ela contou que quando os homens fazendeiros que chegavam de outras regiões ficavam impressionados com a força das mulheres da região e colocavam-nas para trabalhar em suas fazendas também. Ao perguntar como era o trabalho nessas fazendas, ela disse que tinha muita coisa pra fazer o tempo todo e que, quando não terminavam o trabalho, sofriam agressões físicas e verbais.

No decorrer da conversa, entendi que Dona Orosina, no contexto do trabalho rural, tinha vivido a maior parte de sua vida em um regime de escravidão: pouca ou nenhuma remuneração, agressões físicas e verbais e horários exaustivos de trabalho. Ao perguntar sobre como se sentia diante dessa rotina de trabalho árduo, ela disse que não achava nada, era o trabalho e ela tinha que fazer. Completou dizendo que hoje em dia as mulheres não têm mais força como antigamente, não querem fazer o trabalho pesado e que hoje a vida é fácil, “tem máquina de lavar e tudo, a vida agora é fácil demais”.

Embora tenha passado a maior parte de sua vida trabalhando e cuidando da família, Dona Orosina lembrou dos tempos em que gostava de ir às festas na cidade, disse que gostava muito de dançar e aproveitava muito a vida. Comparando com a vida que vive atualmente, ela disse que naquela época era muito melhor. Hoje, além da família dividida entre várias regiões, a matriarca disse que precisa lidar com as doenças. “A doença é um negócio muito triste pra quem fazia muita coisa, dona moça”.

Dona Orosina contou que aprendeu a costurar observando uma tia. Ela costumava fazer as roupas de todos os filhos e também atendia os vizinhos, que recorriam a ela para suas necessidades de costura. Quando a família inteira se mudou para a área urbana, Dona Orosina passou a costurar tanto para os filhos quanto para a vizinhança, enfatizando que era muito boa no ofício. Waldir confirmou com orgulho que sua mãe era a melhor costureira da região.

Nesse mesmo período, em meados da década de 70, Flores de Goiás foi oficialmente reconhecida como município, e o marido de Dona Orosina, Alfredo Rodrigues Vieira, tornou-se vereador.

Figura 8: Diploma de Vereador de Flores de Goiás de Alfredo Rodrigues Vieira, marido de Dona Orosina



Fonte: a própria autora, 2024

Eles relataram que, embora a vida da família tivesse se tornado predominantemente urbana, ainda mantinham pequenas porções de terra na zona rural. Os dois destacaram que, por serem uma família muito grande, nunca tiveram uma vida fácil e de muita riqueza, mas nessa época, tinham condições financeiras para viver uma vida digna, com muito trabalho e esforço.

Em determinado momento, ela olhou para mim e perguntou se eu sabia que, a cada dez anos, a água da chuva chegava até o teto e todos perdiam tudo na parte antiga da cidade. Eu não sabia dessa história até chegar a Flores de Goiás, então ela explicou que, desde o início das construções na área urbana do município, periodicamente, uma forte chuva destrói as casas e os bens dos moradores. Muito lúcida, ela mencionou o que havia visto acontecer no Sul¹² e disse que a situação toda era muito triste, pois sabia exatamente o que as pessoas sentiam. Ela, então, questionou o motivo de ninguém saber que isso também acontecia lá na região deles.

Waldir participava ativamente da entrevista, muitas vezes até interrompendo a mãe enquanto ela fazia pausas longas para se lembrar de algo. Ele contou que tem muitas memórias da infância em Flores de Goiás, desde trabalhar na roça, até frequentar a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, que atualmente está fechada por falta de manutenção. Ele contou

¹²No Rio Grande do Sul, entre abril e maio de 2024, fortes chuvas, exacerbadas pelos efeitos do fenômeno El Niño, causaram enchentes devastadoras, afetando 95% dos municípios do estado e deixando mais de 600 mil desabrigados.

que semanalmente ia com a mãe, o pai e todos os irmãos para a Igreja e que essa era uma das poucas atividades que tinham quando não estavam trabalhando.

O filho contou que, até poucos anos atrás, morava na área rural, onde cuidava das terras da família, incluindo as atividades de cultivo e comercialização dos produtos. Entretanto, com o passar dos anos, ele optou por voltar a morar com a mãe para ajudá-la no que fosse preciso. Waldir destacou que ainda há pessoas nas terras da família que cuidam do espaço para eles e que a produção agrícola ainda é uma fonte de renda para a família, mas que agora ele acompanha de longe.

O último ponto da conversa com Dona Orosina e Waldir abordou as mudanças na cidade e a visão deles sobre a atual administração e os serviços públicos. Waldir assumiu a fala, justificando que tinha mais contato com essas questões. Ele começou a comparação entre a vida na cidade hoje e como era no passado, utilizando o acesso à saúde como exemplo. Recentemente, Dona Orosina teve um problema de saúde e precisou ir à Unidade Básica de Saúde (UBS) próxima de sua casa. Lá, recebeu a notícia de que precisaria de internação e logo foi encaminhada para um hospital em Goiânia, capital do estado de Goiás.

Waldir contou que o atendimento foi ágil e eficiente, e ele ficou impressionado com a rapidez com que sua mãe foi transferida para o hospital da capital. Para ele, a rapidez desses serviços é algo valioso, especialmente quando comparado à realidade que enfrentavam no passado, quando o acesso a serviços médicos era limitado. A experiência recente o fez refletir sobre os avanços na infraestrutura e nos serviços oferecidos à população.

Ele destacou que, hoje, eles conseguem acessar facilmente os serviços públicos e sempre são bem atendidos, o que representa um contraste significativo com as dificuldades do passado. Waldir lembrou das dificuldades enfrentadas durante a infância e os primeiros anos da urbanização de Flores de Goiás, quando a cidade ainda estava em desenvolvimento e as necessidades da população nem sempre podiam ser atendidas de forma eficaz. Para ele, as mudanças foram positivas, e a cidade agora oferece condições mais favoráveis à qualidade de vida da população.

Após uma hora de entrevista, o bisneto de Dona Orosina chegou para cuidar dos cachorros da bisavó que ficam no quintal. Ela começou a se queixar de algumas dores no corpo, então pediu ao bisneto, que é enfermeiro, que aplicasse a injeção do dia. Já aparentando cansaço, decidi encerrar a entrevista e agradecer à família por terem compartilhado tantas lembranças. Waldir perguntou se eu voltaria no próximo ano para Flores de Goiás e disse que, se eu voltasse, era para visitá-los novamente e ouvir mais histórias.

Saí da casa de Dona Orosina e Waldir com a sensação de que poderia passar muitas horas a mais conversando com a família e, ainda assim, não seria suficiente para captar toda a riqueza de sua história e a complexidade social que permeiam suas vidas e a história de Flores de Goiás. As conversas com eles trouxeram à tona questões marcantes, como a discrepância no acesso à informação, especialmente entre eles, já idosos, e as gerações mais jovens, que possuem maior familiaridade com as tecnologias. Além disso, a visão deles sobre os serviços públicos revelou um contraste interessante: consideram-nos excelentes, especialmente quando comparados às condições precárias que enfrentaram no passado.

2.3 NEM TUDO SÃO FLORES: OS DESAFIOS DA COMUNICAÇÃO

“Você quer saber uma coisa de Comunicação que eu tenho certeza que você não sabe? Na época das senzalas, os escravizados que conseguiam fugir ficavam escondidos nas matas e imitavam os sons da natureza pra se comunicar, principalmente dos pássaros. Aí tem o BORÁ, que era um assobio pra dizer que estavam com fome. Pra gente, o BORÁ ainda existe, a gente ainda tem fome de educação, de cultura, de contar nossa história. A gente continua tocando nosso BORÁ aqui e a fome passa quando vemos jovens como você nas universidades, contando nossa história, dando continuidade ao nosso trabalho” (Domingos Ferreira, 2024).

Para apresentar os desafios da comunicação em Flores de Goiás, retomo a entrevista com Domingos e Babi, que oferecem uma visão abrangente sobre as complexidades e a precariedade enfrentadas pelo município. Com um profundo conhecimento histórico da região, eles relatam uma linha do tempo com riqueza de detalhes, evidenciando as questões estruturais e sociais que moldam a realidade local desde os primórdios de Flores.

Após me contar boa parte da história, os desafios políticos e disputas territoriais e de narrativa de Flores de Goiás, avisei Domingos e Babi que agora seguiríamos para uma parte mais específica da história: as questões relacionadas à Comunicação. Foi neste contexto em que Domingos me disse a citação acima, sobre o BORÁ e, como ele havia imaginado, de fato, foi uma coisa que eu não sabia sobre Comunicação.

Fiquei profundamente emocionada com a fala de Domingos sobre a importância que a minha pesquisa e minha ida ao município de Flores de Goiás tinham para eles e, naquele momento, passei a enxergar uma perspectiva ainda mais importante sobre o Direito à Comunicação, que até então já havia visto durante a pesquisa bibliográfica, mas que se tornou mais palpável durante a conversa com eles: o direito de ser ouvido e de contar ao mundo sobre suas histórias.

O entrevistado me disse que a comunicação formal em Flores só começou quando virou município. Perguntei, então, se ele sabia como eram feitas as comunicações entre os líderes comunitários e a população após a institucionalização do município. Rindo, Domingos disse que sabia como funcionava porque ele tinha um papel fundamental nesse processo comunicacional.

Domingos relatou que, além de ser um líder comunitário respeitado, seu pai também ocupou um papel importante na Prefeitura logo após a institucionalização do município. Ele

destacou que o pai sempre valorizou a educação e fez questão de que seus filhos tivessem acesso a ela. Como resultado, Domingos e sua irmã estavam entre as poucas crianças de sua geração que sabiam ler e escrever.

Nessa circunstância, quando a Prefeitura precisava comunicar algo a todos os moradores de Flores de Goiás, o pai de Domingos escrevia um bilhete à mão e chamava um funcionário da Prefeitura que possuísse um cavalo. O homem montava o cavalo, e Domingos subia na garupa, com o bilhete em mãos. Juntos, percorriam as casas e fazendas da região, parando de porta em porta para que Domingos lesse o recado oficial para cada família.

Esse método garantiu que os moradores do município recém-formado se mantivessem informados sobre as decisões e avisos do governo local. Era uma forma básica, mas eficaz, de garantir que a comunicação chegasse a todos, mesmo nos cantos mais remotos de Flores de Goiás, fortalecendo o vínculo entre a Prefeitura nova e a comunidade.

Domingos relatou que o período em que ele entregava as notícias montado a cavalo foi relativamente breve. Com o tempo, a dinâmica de comunicação no município começou a mudar. Ao invés de depender apenas de um mensageiro central para transmitir informações, os trabalhadores da Prefeitura passaram a se organizar de maneira mais descentralizada. Cada funcionário ficou responsável por informar os moradores da região onde morava, facilitando a disseminação das mensagens de maneira mais eficiente e próxima.

Essa nova estrutura permitiu que as notícias circulassem de forma mais rápida e direcionada. Os comunicados passaram a ser transmitidos dentro de grupos de afinidade e por pessoas que tinham vínculos diretos com as comunidades locais. Essa mudança não só melhorou a logística da comunicação, mas também ajudou a fortalecer os laços comunitários, pois a informação era repassada por alguém que os moradores já conheciam e confiavam.

Com o aumento da população na área urbana, a distância entre os moradores da zona rural e os da cidade diminuiu, pois mais pessoas começaram a se deslocar para o centro. Esse movimento favoreceu o encontro entre as pessoas, antes mais distantes, promovendo uma maior interação e facilitando a troca de informações. A convivência mais próxima permitiu que as notícias circulassem de maneira mais ágil entre as diferentes famílias.

Além disso, mesmo aqueles que ainda residiam na zona rural passaram a se deslocar com mais frequência até a área urbana. Essa maior circulação de pessoas entre as duas áreas contribuiu para um fluxo de informações mais dinâmico, já que as notícias começaram a ser disseminadas de forma mais rápida, alcançando tanto os moradores urbanos quanto os rurais. Esse processo foi essencial para a integração das comunidades e para a ampliação do alcance das informações no município.

Após ouvir as palavras de Domingos, Babi trouxe uma reflexão que complementou a fala do marido, acrescentando um ponto muito importante para a pesquisa, sobre a continuidade da forma de comunicação em Flores de Goiás. Ela destacou que o modelo de disseminação de informações que Domingos descreveu, datado das décadas de 70 e 80, ainda persiste na cidade. Segundo Babi, até hoje, a maior parte das informações do governo local chega aos moradores de maneira informal, por meio do "boca a boca". Essa forma, baseada em conversas entre conhecidos, continua sendo predominante, mesmo com o aumento da quantidade de veículos de TV, rádio e Internet nas últimas décadas.

Babi também observou que, mesmo com a popularização dos grupos de *WhatsApp*, a dinâmica de comunicação não mudou substancialmente, só acrescentaram uma plataforma. Embora os líderes comunitários sejam agora os intermediários, o processo continua sendo informal. Os grupos de *WhatsApp* funcionam como canais de repasse de informações, mas, para Babi, essa não é uma solução ideal para garantir a comunicação eficaz entre o governo e a população.

Ela enfatizou que tais grupos não podem ser considerados veículos de comunicação local legítimos, já que a informação continua a ser disseminada de maneira indireta e sem uma estrutura formal que assegure um alcance mais amplo e organizado. Para ela, a falta de uma comunicação mais estruturada reflete uma tentativa deliberada de controlar o fluxo de informações, já que, como ela mesma pontuou, “povo bem informado é povo que questiona”.

Domingos começou a contar sobre o período em que o município passou a estabelecer comunicação com pessoas de fora de Flores de Goiás via telefone. Ele lembrou que, na época, instalaram um telefone próximo à praça central, o qual ficou disponível para atender todos os moradores da cidade. Segundo ele, dois funcionários da empresa de telefonia, provavelmente da Telebras, responsável pela expansão da telefonia fixa no Brasil naquele período, ficavam no local onde o telefone estava instalado.

Quando o telefone tocava, o funcionário atendia e perguntava quem a pessoa queria contatar. Nesse momento, a pessoa que ligava informava o nome de quem desejava falar, e então os dois combinavam um horário para a próxima ligação. Esse processo era essencial, pois a comunicação não ocorria de forma contínua, e a espera entre uma ligação e outra fazia parte do cotidiano da cidade.

Após o horário ser marcado, um dos funcionários saía em busca da pessoa que deveria receber a ligação, informando-a sobre o contato e o horário da próxima chamada. Dessa forma, quem fosse o destinatário da mensagem se dirigia até o ponto onde o telefone estava instalado e aguardava a hora combinada para atender a ligação. Essa prática, que parecia

simples, foi uma grande inovação para o município e uma das formas de o povo local se conectar com o mundo exterior, ainda que tivessem limitações de comunicação da época.

Domingos não conseguiu lembrar exatamente quando o serviço de telefone comunitário deixou de funcionar, mas explicou que, na prática, o sistema nunca foi muito eficiente. Poucas pessoas conseguiam se comunicar conforme o horário combinado para a segunda ligação, o que fazia com que o serviço fosse utilizado apenas de forma esporádica. No entanto, ao relembrar essa época, Domingos gargalhava enquanto contava sobre a surpresa e a admiração das pessoas ao verem a iniciativa surgir em Flores de Goiás, especialmente nas décadas de 80 e 90, quando a possibilidade de se comunicar com alguém fora da região era algo extraordinário.

Domingos contou que, em meados dos anos 2000, houve uma tentativa de criar uma rádio comunitária em Flores de Goiás. A proposta surgiu com a possibilidade de facilitar o acesso dos moradores a informações locais, indo além das orientações e comunicados oficiais da Prefeitura. Domingos via a rádio como uma ferramenta importante para que a população pudesse acompanhar as decisões do governo municipal de forma mais direta e menos parcial, já que a Prefeitura era o único canal que passava as informações aos moradores.

A rádio, no entanto, teve vida curta. Domingos explicou que a iniciativa não se manteve, principalmente, pela falta de recursos financeiros e investimento. Ele lembrou que a maior parte do trabalho era realizada de forma voluntária, sem perspectivas de remuneração ou de conseguir apoiadores para financiar o projeto.

Ele finalizou comentando que, na sua visão, manter uma rádio comunitária não exigiria custos tão altos, mas a ideia não era vista como prioridade. Sem apoio e com dificuldades para se manter ativa, a rádio fechou suas portas, deixando para trás o potencial que tinha de fortalecer a comunidade e ampliar o acesso à informação no município.

Depois de apresentar o histórico dos fluxos de comunicação em Flores de Goiás, questionei Domingos e Babi sobre como é a comunicação atualmente, tanto no contexto geral quanto nas trocas de informações dentro do próprio município. Ambos destacaram que, apesar de muita gente já ter acesso à Internet, a televisão e o rádio ainda são meios muito presentes na rotina das pessoas, especialmente na área urbana. Esses canais representam as principais fontes de informação para os moradores, que têm acesso a notícias e programas que conectam o município com o restante do país.

Babi observou que, ao anoitecer, é comum ver várias famílias reunidas em frente à televisão. Ela explicou que, além de servir como meio de informação, esse hábito representa um momento de integração familiar. A televisão acaba sendo um espaço de encontro diário,

onde as pessoas se atualizam sobre os acontecimentos e, ao mesmo tempo, compartilham um tempo juntas.

Perguntei a Domingos e Babi sobre o uso de celulares pelos moradores de Flores de Goiás, e eles explicaram que muitas pessoas, especialmente na área urbana, possuem celular. Para a maioria, o aparelho é a principal forma de acessar a internet, já que há poucas casas com conexão fixa. Eles destacaram que o acesso à internet de rede fixa no município é bastante limitado, sendo mais comum em órgãos públicos como a Prefeitura, as escolas e o posto de saúde, onde esse tipo de conexão ainda é prevalente.

Domingos e Babi comentaram que, devido à falta de acesso doméstico à internet, os moradores dependem muito dos dados móveis em seus celulares. Esse acesso é direcionado, em grande parte, para aplicativos de mensagens e redes sociais, pois o plano mais comumente utilizado, o pré-pago¹³, inclui acesso ilimitado a redes sociais. Babi mencionou que o *WhatsApp* e o Facebook são plataformas amplamente utilizadas, pois possibilitam uma comunicação rápida e acessível, além de manterem as pessoas informadas sobre os acontecimentos locais e gerais.

O casal também explicou que está envolvido em diversos grupos no *WhatsApp* e no Facebook, que abrangem diferentes aspectos da vida comunitária e interesses específicos. Eles participam de grupos variados, como os de moradores, professores e também de grupos focados na associação quilombola e em outras organizações da região. Esses grupos virtuais têm se tornado um espaço essencial para a troca de informações e para o fortalecimento dos laços e do senso de comunidade entre os moradores, oferecendo um meio de comunicação comunitária acessível, mesmo com as limitações de infraestrutura no município.

Sobre o acesso à informação pública e os canais de comunicação entre a Prefeitura e os moradores de Flores de Goiás, Babi e Domingos destacaram que o *WhatsApp* continua sendo o principal meio de contato entre o governo local e a sociedade civil. Eles explicaram que, por meio desse aplicativo, as informações oficiais são compartilhadas de maneira rápida e eficiente entre grupos de afinidade que são criados na plataforma, facilitando a comunicação direta com os cidadãos. No entanto, eles também mencionaram que a troca de informações no município ainda acontece de forma bastante orgânica. Além dos canais digitais, como o *WhatsApp*, muitos moradores se comunicam de maneira informal durante encontros casuais nas ruas, aproveitando essas ocasiões para repassar recados ou atualizações a vizinhos e amigos.

¹³Plano pré-pago: tipo de plano de celular onde o usuário recarrega créditos conforme sua necessidade, sem a obrigatoriedade de um contrato mensal.

O casal também mencionou as redes sociais da Prefeitura de Flores de Goiás como um canal de comunicação. Eles explicaram que, por meio dessas plataformas, são compartilhadas diversas informações, com um foco predominante nas benfeitorias realizadas pelo governo local. No entanto, Babi observou que, apesar de serem uma ferramenta útil para alguns, as redes sociais não atendem a todos os moradores, uma vez que nem todos têm acesso à internet ou sabem como utilizar essas plataformas. Isso cria uma barreira, deixando de fora uma parte da população que, embora tenha um celular, não tem o conhecimento necessário para navegar nas redes sociais ou não dispõe de tempo e recursos para tal.

Além disso, Babi comentou que, muitas vezes, as redes sociais da Prefeitura não refletem a realidade completa das ações do governo, sendo uma espécie de recorte das situações. Um exemplo que ela citou foi um vídeo produzido pela Prefeitura, no qual era celebrada a entrega de uma obra. Embora o vídeo mostrasse uma parte da obra finalizada, ela ressaltou que, ao visitar o local pessoalmente, era possível perceber que a obra ainda não estava concluída.

O casal afirmou que esse tipo de abordagem pode influenciar a percepção das pessoas sobre o município e os trabalhos realizados pela Prefeitura, uma vez que cria uma imagem distorcida da realidade. Ao mostrar apenas o lado positivo ou parcialmente concluído das obras, a administração pública impede que os moradores desenvolvam um senso crítico em relação às ações do governo local. Eles explicaram que, por confiar no perfil oficial da Prefeitura, muitos não sentem a necessidade de verificar pessoalmente a situação das obras, o que pode levar a uma visão superficial e acrítica do que realmente está sendo entregue à comunidade.

Questionei-os então, sobre qual seria o cenário ideal de uma comunicação mais justa entre a prefeitura e os moradores. Domingos respondeu, rindo, que até imagina um cenário ideal, mas que ele dificilmente seria alcançado. Para ele, não tem problema a Prefeitura fazer a comunicação que ela acredita, divulgando as benfeitorias e o trabalho. O problema é esse ser o único meio da população se informar porque pode tomar tudo como verdade. Domingos acredita que Flores de Goiás tinha que ter rádio, TV e jornal, tudo o que as grandes cidades têm de comunicação. Ele acredita que os veículos de comunicação, além de informação, também é promotora de cultura e educação e que todos os moradores de Flores merecem ter acesso a isso.

Ele defendeu que Flores de Goiás deveria contar com programas de rádio, programas de televisão e jornais, como as grandes cidades, pois considera que os meios de comunicação desempenham um papel muito importante não apenas na disseminação de informações, mas

também na promoção da cultura e da educação. Para Domingos, é fundamental que todos os moradores, independentemente de sua condição social ou acesso à tecnologia, tenham o direito de receber informações variadas, que incentivem o desenvolvimento de um pensamento mais crítico e enriquecedor. Ele afirmou que a falta de informação em Flores limita o acesso e enfraquece a cidadania, fazendo com que as pessoas aceitem tudo e não lutem por um trabalho melhor do governo local.

Enquanto Domingos defende a necessidade de uma comunicação mais abrangente e crítica, outro olhar sobre a realidade local surge quando se considera as experiências de membros da comunidade mais velhos, como Dona Orosina e Waldir. Nesse contexto, a percepção sobre os canais de informação e as formas de acesso a notícias assume contornos diferentes. Na entrevista com Dona Orosina e Waldir, as limitações de acesso à tecnologia, juntamente com as dinâmicas familiares e o uso de mídias tradicionais, mostram uma outra faceta da comunicação em Flores de Goiás.

Além da televisão, que estava ligada no programa de notícias regional *Balanço Geral*, da TV Record, Dona Orosina e Waldir possuíam um aparelho de rádio, mas usavam mais a TV. Waldir comentou que assistir à televisão era uma das atividades mais frequentes deles, especialmente à tarde, quando dedicavam grande parte do tempo para acompanhar jornais e novelas. Para eles, esse era o principal meio de se manterem atualizados sobre o que acontecia na região e no mundo.

Quanto às informações da prefeitura, Waldir explicou que ele e a mãe ficam sabendo das novidades principalmente por meio dos familiares. Como nem ele nem Dona Orosina possuíam telefone fixo ou celular e nem saíam muito de casa, dependiam da comunicação com irmãos, filhos, sobrinhos e netos, que estavam sempre circulando pela cidade e, por isso, ficavam por dentro das atualizações. Waldir observou que, por terem acesso a celulares, os mais jovens eram os primeiros a saber das informações e, em seguida, repassavam para os mais velhos da família. Ele disse que não entendia muito bem como funcionam os celulares, mas gostava de saber das notícias mais rápido mesmo assim.

Apesar de dependerem dos familiares, tanto Waldir quanto Dona Orosina disseram que não tinham do que reclamar sobre a comunicação da prefeitura. Segundo eles, sempre ficam informados sobre tudo o que precisam, como as datas de consultas e outros compromissos, sem perder nada importante que acontece.

Além disso, Waldir e Dona Orosina ressaltaram que sempre são bem atendidos pelos serviços públicos que utilizam e que a ajuda da família é essencial para mantê-los informados. A parte da família que mora em Flores de Goiás, principalmente, visitam-nos

com frequência e se esforçam para garantir que não percam nenhuma novidade importante da cidade.

Após as entrevistas com Babi, Domingos, Dona Orosina e Waldir, ficou claro como a comunicação em Flores de Goiás envolve um mix de canais formais e informais. Se por um lado a sociedade civil sente os efeitos dessa estrutura fragmentada, a Prefeitura, representada pela secretária Rozimere, tem procurado se adaptar à realidade local e superar as limitações de acesso à informação. Ao discutir os desafios enfrentados, ela ofereceu uma perspectiva institucional sobre as estratégias adotadas pelo governo local para garantir que a comunicação chegue aos diferentes segmentos da população, considerando as barreiras geográficas e a falta de infraestrutura.

Ainda no sentido de trocas de informações entre a prefeitura e após a conversa inicial sobre o contexto de Flores de Goiás com a Secretária, perguntei à Rozimere quais eram as formas da Prefeitura e todas as Secretarias que a compõem, usam para se comunicar com os habitantes de Flores, tendo em vista, principalmente, os desafios geográficos que ela apresentou no início da entrevista.

A entrevistada começou destacando a ausência de um canal de comunicação oficial, mas enfatizou que a informação sempre circula de alguma forma dentro da comunidade porque a Prefeitura se esforça, de diversas maneiras, para que isso aconteça. As Secretarias e outras pastas da Prefeitura utilizam grupos de *WhatsApp* formados por líderes comunitários, membros de associações e pais das crianças em idade escolar para disseminar as notícias e atualizações relevantes. Essa estratégia informal permite que as informações cheguem a diferentes segmentos da população, como tentativa de superar a barreira da falta de comunicação estruturada.

Além disso, os participantes desses grupos desempenham um papel de multiplicadores da informação em suas respectivas localidades. Ao transmitir a informação que chega pelos grupos de *WhatsApp*, eles garantem que a mensagem chegue a mais pessoas de Flores de Goiás. Esse fluxo de informações de boca em boca se torna a principal forma de comunicação, especialmente no contexto onde os canais oficiais podem ser limitados.

Uma outra forma de comunicação entre a Prefeitura e os habitantes de Flores é presencial, mas ainda no boca a boca. Rozimere explica que as Secretarias da Prefeitura adotam uma abordagem ativa, dividindo suas equipes periodicamente para se deslocar até as comunidades atendidas. Esse contato direto permite que os funcionários da Prefeitura se conectem pessoalmente com os moradores, garantindo que as informações sejam transmitidas de maneira clara e eficaz a todos.

Por exemplo, quando há uma campanha de vacinação, as equipes da Prefeitura se organizam para visitar as fazendas, quilombos e assentamentos, garantindo que as informações cheguem a todos os cidadãos, independentemente de sua localização. Essa estratégia é crucial em um município onde a dispersão geográfica pode dificultar o acesso a informações essenciais, principalmente de utilidade pública. A presença das equipes nas comunidades não apenas aumenta a conscientização sobre as campanhas, mas também permite que os moradores façam perguntas e esclareçam dúvidas na hora, tornando o processo de comunicação mais interativo e eficiente.

A Prefeitura de Flores de Goiás também mantém um perfil no *Instagram* e um site, que são atualizados periodicamente. No site, além de informações institucionais, como o organograma, informações da Lei de Acesso à Informação e a história do município, também é possível ver matérias sobre as ações públicas, assim como divulgação de eventos, processos seletivos e outros temas de interesse coletivo. O site contém detalhes sobre os serviços oferecidos pela Prefeitura, enquanto o perfil no *Instagram* permite uma interação mais dinâmica com os cidadãos, utilizando imagens e postagens que refletem a rotina e as atividades do município.

Perguntei à Secretária sobre o perfil dos seguidores da rede social e dos leitores do site, mas não obtive informações precisas. Essa ausência de dados levanta questões sobre o acesso à Internet no Brasil, que ainda é limitado em várias regiões. A Secretária não soube fornecer detalhes sobre o alcance e o perfil dos usuários dessas plataformas, nem sobre a demografia do público.

Uma outra pergunta feita à Secretária de Turismo, Cultura e Igualdade Racial foi sobre as principais demandas de informação da população de Flores de Goiás em relação à prefeitura, e ela apontou que a maioria das solicitações está concentrada em temas como saúde, educação e projetos sociais. Esses são assuntos que geram grande interesse na comunidade, pois envolvem políticas públicas fundamentais para garantir condições dignas de vida. A população busca entender como acessar os serviços de saúde, obter informações sobre o sistema educacional e conhecer os projetos sociais disponíveis, já que essas áreas têm impacto direto no cotidiano das famílias e na qualidade de vida no município.

Rozimere disse que, de uma maneira ou outra, as pessoas sempre acabam recebendo as informações necessárias. Seja por meio da participação em grupos comunitários, pela troca de notícias com os vizinhos, pelas comunicações diretas da Prefeitura ou até mesmo pelos recados enviados nas agendas escolares das crianças. Esse fluxo informal de informações demonstra que, apesar das limitações na comunicação de massa, a Prefeitura se esforça e

encontra formas alternativas de manter a comunidade informada sobre o que é importante para o cotidiano local.

Na sequência da entrevista, conversamos sobre a importância de um canal de comunicação para a disseminação das informações e diálogo entre o governo local e a sociedade. Rozimere comentou que um veículo local seria fundamental para a disseminação total das informações, principalmente para diminuir os esforços feitos pelo governo local em manter uma população que está muito dispersa geograficamente.

Também conversamos sobre a importância da Comunicação para preservar a memória de Flores de Goiás. Ela destacou a relevância da tradicional festa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário, padroeira do município, que acontece anualmente no mês de julho. O evento relembra a herança cultural da região, combinando a tradição quilombola dos batuques em alguns dias de celebração com shows de artistas regionais em outros, atraindo a comunidade local e visitantes.

A Secretária de Turismo, Cultura e Igualdade Racial mencionou que a divulgação da festa tem ocorrido principalmente pelas redes sociais, e que, em 2024, resultou na presença de mais de 20 mil pessoas, entre moradores e visitantes de municípios vizinhos. No entanto, ela observou que a comunicação ainda é majoritariamente informal. Se o município contasse com um veículo de comunicação local estruturado, como uma rádio comunitária ou um jornal, a divulgação dos eventos e das tradições poderia alcançar mais pessoas, reforçando a identidade cultural e atraindo um público ainda maior.

A entrevistada disse que já houve tentativa e esforços da Prefeitura em criar e manter uma rádio comunitária em Flores de Goiás, e que as Secretarias já tinham tentado algumas parcerias e fomentos do governo estadual e das Universidades, entretanto, o projeto não teve continuidade devido à ausência de retorno dos possíveis parceiros.

Rozimere falou sobre a importância da preservação da memória e das tradições de Flores de Goiás, mencionando, por exemplo, a história do município sob a perspectiva quilombola. Ela explicou que essa parte da história é conhecida principalmente porque tem sido transmitida oralmente de geração em geração. No entanto, essa riqueza cultural e histórica ainda não é conhecida por todos os moradores, o que evidencia uma lacuna na disseminação dessa narrativa dentro da própria comunidade. Um veículo de comunicação local, ela ressalta, poderia ser um fator determinante para garantir que essa memória e história sejam preservadas e repassadas de forma mais ampla para as próximas gerações.

Além disso, a entrevistada enfatizou que a transmissão oral mantém viva a história quilombola para um grupo específico de Flores, ou seja, há uma necessidade de registros

mais formais e acessíveis para o público geral. A falta de um meio de comunicação eficiente dentro da cidade contribui para o distanciamento de muitos moradores em relação às suas próprias raízes e tradições.

A conversa com Rozimere destacou a importância da transmissão de informações dentro da comunidade, apesar das limitações no acesso formal. Ela sublinhou que, embora as formas de comunicação digitais, como os grupos de *WhatsApp*, ou as idas até os locais mais remotos sejam eficazes dentro de certos círculos, a falta de um canal amplo ainda impede uma disseminação em massa e estruturada de informações. Esse desafio não se limita apenas ao âmbito local, mas também influencia a percepção externa de Flores de Goiás, como foi apontado por Domingos, que trouxe à tona algumas das consequências dessa lacuna para o reconhecimento do município fora de seus limites.

A conversa com Rozimere trouxe à tona os desafios da comunicação interna de Flores de Goiás, destacando a importância de um canal oficial de informação. A falta de uma estrutura de comunicação eficaz não se limita a dificultar o acesso à informação dentro da cidade, mas também reflete em como o município é percebido externamente. Esse ponto foi ampliado por Domingos, que, ao comentar sobre o impacto da comunicação deficiente, ressaltou como a ausência de uma divulgação consistente e estruturada compromete a visibilidade e o reconhecimento da história e identidade quilombola de Flores.

Como comparação, Domingos citou Cavalcante, na Chapada dos Veadeiros, um município amplamente conhecido por seu quilombo, principalmente graças à comunicação efetiva, ao incentivo ao turismo e à divulgação contínua de sua cultura e história. A fama de Cavalcante tem ajudado a atrair mais respeito e investimento, além de consolidar sua posição no imaginário coletivo como uma referência de resistência e cultura quilombola.

Domingos acredita que, ao conquistar maior visibilidade, Flores de Goiás poderia aliviar as disputas de narrativa que afetam a percepção externa e, principalmente, interna da comunidade. Para ele, uma presença mais forte e organizada da cidade no cenário regional e nacional poderia contribuir para o reconhecimento legítimo do município, especialmente no que diz respeito à sua identidade cultural e histórica. Ele vê essa visibilidade como um caminho para o fortalecimento da memória coletiva e para a valorização do território, uma vez que muitos aspectos da cidade, como as tradições e as festas, ainda não são suficientemente reconhecidos em outras esferas.

Além disso, Domingos argumenta que esse reconhecimento poderia atrair investimentos mais substanciais, o que impulsionaria o desenvolvimento econômico da cidade, principalmente no setor turístico. Flores de Goiás, com sua riqueza natural e cultural,

poderia aproveitar melhor essas características, promovendo o turismo sustentável e aumentando o fluxo de visitantes interessados nas suas festas tradicionais, como a festa anual da santa padroeira, que é um marco significativo para a comunidade. A celebração, que mistura cultura local e histórica, poderia se beneficiar de uma visibilidade maior, atraindo turistas não apenas pelo lazer, mas também pela valorização da história e das tradições que ainda moldam a identidade da cidade.

CAPÍTULO 3 - O BRASIL TODO PERDE COM OS DESERTOS DE NOTÍCIAS

A pesquisa de campo realizada em Flores de Goiás teve como objetivo entender os fluxos comunicacionais entre o governo e a população local, em um contexto onde a informação pode ser escassa por se tratar de um município deserto de notícias, ou seja, sem nenhum veículo de comunicação local. Através dessa investigação, foi possível explorar as formas alternativas que a comunidade utiliza para suprir a falta de comunicação oficial, como o uso de mídias digitais e por meio da rede de relacionamentos pessoais, além de entender as privações devido à ausência de veículos de comunicação. Os resultados não só revelaram a precariedade da comunicação na região, mas também como isso afeta diretamente a cidadania local, limitando o acesso à informação e ao controle pleno dos cidadãos nos processos sociais e políticos do município.

Os objetivos da pesquisa foram alcançados e a ida à Flores de Goiás permitiu uma compreensão aprofundada de como a falta de comunicação eficiente não apenas prejudica a população de Flores de Goiás, mas também empobrece o Brasil como um todo. A pesquisa demonstrou que os desertos de notícias afetam não só os habitantes dessas áreas isoladas, mas também o país, que perde a chance de explorar, reconhecer e divulgar a rica cultura, as histórias e os saberes de lugares pouco conhecidos. O Brasil, ao negligenciar essas áreas, perde valiosos potenciais de desenvolvimento, seja no campo da educação, da cultura ou do turismo, áreas que poderiam contribuir para um Brasil mais integrado e consciente de sua diversidade.

Além disso, a pesquisa de campo revelou uma outra camada fundamental sobre os direitos humanos: os desertos de notícias resultam em um apagamento cultural, em um silenciamento de histórias importantes que merecem ser ouvidas e compartilhadas. Enquanto o Brasil perde essas oportunidades, as comunidades locais ficam distantes dos processos que poderiam levar a um maior reconhecimento e valorização de seu patrimônio cultural e histórico. A falta de comunicação eficaz impede que essas histórias cheguem ao público geral, que permanece alheio à riqueza cultural e ao potencial de transformações que podem ser impulsionadas pela inclusão desses territórios nas narrativas nacionais.

Minha pesquisa parte do princípio de que o Direito à Comunicação é fundamental para garantir o acesso a todos os outros direitos. Por isso, seria ingênuo pensar que, ao chegar em Flores, eu poderia focar apenas nas trocas de informação entre a população e o governo. A realidade local é muito mais complexa, envolvendo questões sociais, territoriais, políticas e econômicas que se misturam profundamente. Assim, ao estudar a comunicação no município,

surgem naturalmente outros temas importantes, como as condições de vida, a desigualdade, a participação política e o acesso a serviços públicos. A comunicação, apesar de ser o centro da pesquisa, não pode ser separada desses fatores que influenciam o dia a dia da população.

Flores de Goiás possui o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Centro-Oeste, uma realidade que impacta diretamente o cotidiano da população e limita suas oportunidades de acesso a uma vida digna e com qualidade. Essa condição reflete uma série de desafios em várias áreas, como educação, saúde e renda, criando uma teia de desigualdades ao longo do tempo. A precariedade nas condições de vida não é apenas um reflexo da falta de recursos, mas também da ausência de políticas públicas eficazes que poderiam reverter esses indicadores.

As desigualdades em Flores de Goiás são um reflexo das desigualdades sociais mais amplas que marcam o Brasil, especialmente nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos. O município, com baixas taxas em índices de desenvolvimento e qualidade de vida, vive uma realidade de marginalização em diversos aspectos, como o acesso à educação, à mobilidade urbana e, claro, à informação.

A percepção das desigualdades em Flores de Goiás evidencia como as disparidades locais estão inseridas em um contexto mais amplo de desequilíbrio socioeconômico. Esse cenário não é apenas o reflexo de carências estruturais, mas também de dinâmicas históricas e econômicas que resultam na concentração de riqueza e oportunidades. Essa relação entre desigualdade e acumulação de patrimônio é central em debates contemporâneos sobre justiça social, políticas públicas e direitos humanos, por exemplo.

Uma das principais ideias do livro *O Capital no Século XXI* (2013), de Thomas Piketty, é que, quando a taxa de retorno sobre o capital excede a taxa de crescimento econômico, a riqueza herdada tende a crescer mais rapidamente do que a riqueza produzida. Isso significa que o patrimônio acumulado no passado pode se expandir de forma mais acelerada do que os recursos gerados por meio do trabalho e da produção atual. Essa dinâmica, segundo o autor, favorece a perpetuação de desigualdades econômicas e sociais ao longo do tempo (Piketty, 2014, p. 555).

Essa concentração de riqueza cria um cenário em que o poder econômico e a renda permanecem nas mãos de poucos, dificultando a distribuição equitativa de renda e garantia de qualidade de vida a todos. Em países como o Brasil, essa lógica é visível, pois reforça estruturas históricas de desigualdade que impactam em diversas esferas sociais, incluindo o acesso a serviços básicos e recursos fundamentais. Isso afeta diretamente a possibilidade de democratização de bens e serviços essenciais, como a Comunicação, que muitas vezes está

disponível somente para regiões mais ricas e populosas.

Em Flores de Goiás, as desigualdades são evidentes na falta de acesso a veículos de comunicação considerados “formais”, como jornais e rádios independentes, que poderiam oferecer uma alternativa à comunicação governamental e pública limitada. A comunicação governamental, que se limita a canais como o WhatsApp e as redes sociais, apesar de trazer algum benefício, pois informa as pessoas, não supre as necessidades de uma população que carece de informações mais abrangentes sobre seus direitos, as notícias de onde vive e os serviços disponíveis.

A falta de recursos financeiros restringe o acesso a tecnologias de informação e a outros meios de comunicação, assim como o acesso a outros fatores que são fundamentais para o desenvolvimento humano, como o acesso à cultura, restringindo ainda mais a participação social e política dos moradores. Além disso, a falta de acesso a uma infraestrutura básica de Comunicação contribui para o isolamento de várias famílias, que não conseguem acompanhar as decisões e políticas que afetam diretamente suas vidas.

Essa conjuntura cria uma barreira não apenas geográfica, mas também social, para o acesso à informação. Em Flores, onde muitos enfrentam dificuldades econômicas e falta de acesso a serviços essenciais, a comunicação precisa ser mais do que um canal de anúncio governamental: ela deve ser um instrumento de inclusão social e um meio de fortalecer a cidadania.

A distribuição desigual de informações, seja em âmbito local ou nacional, agrava as desigualdades ao limitar o acesso equitativo a direitos básicos, como à saúde, educação e assistência social, tornando esses direitos dependentes da capacidade de acessar e compreender as informações disponíveis. Aqueles que não têm meios para acessar notícias, seja por falta de um *smartphone* ou de sinal de internet que o permite escolher que tipo de informações acessar, acabam por não usufruir plenamente dos serviços públicos que poderiam melhorar suas condições de vida.

O direito à comunicação, nesse contexto, torna-se essencial não apenas como um direito isolado, mas como uma base que pode sustentar e promover o acesso a outros direitos fundamentais. Quando a comunicação é limitada, os cidadãos perdem a chance de estar informados sobre suas próprias possibilidades de ação, participação e reivindicação de direitos. Sem informação adequada e acessível, a população de Flores de Goiás se vê marginalizada, vivendo à mercê das decisões políticas e sem acesso pleno a mecanismos de cidadania ativa.

A falta de acesso à comunicação em Flores de Goiás reflete uma realidade em que a oralidade, historicamente utilizada pelos povos originários, como quilombolas e indígenas, ainda predomina. Isso evidencia a carência de canais formais e estruturados voltados à comunicação de interesse público. Embora a tecnologia tenha transformado muitas formas de interação e acesso à informação em outros lugares, em Flores as alternativas de comunicação institucional ainda são limitadas, fazendo com que as pessoas dependam de métodos antigos e informais para se manterem atualizadas.

A comunicação em Flores de Goiás tem raízes profundas nas tradições orais e no contato direto entre as pessoas, como evidencia a memória de Domingos, um dos entrevistados da pesquisa, que já foi o responsável por circular de porta em porta a cavalo para informar os moradores sobre as novidades do município. Embora muita coisa tenha mudado desde então, o “boca a boca” permanece como o principal meio de informação entre o governo e os habitantes.

É importante destacar que este método, também conhecido como oralidade, é uma forma tradicional de comunicação por meio da qual povos originários, como os quilombolas e indígenas transmitiam suas histórias e saberes. Contudo, a oralidade apresenta duas consequências relevantes. A primeira é que, ao repassar uma história, a subjetividade do narrador inevitavelmente entra em cena, seja ao dar mais ênfase a certos aspectos ou até ao ocultar alguns detalhes. A segunda fragilidade é que, com o tempo, essas histórias podem se perder, uma vez que a transmissão oral depende da memória e do contexto de quem a conta. Nesse sentido, os veículos de comunicação desempenham um papel crucial: não para eliminar a subjetividade, tendo em vista que não existe história exata, mas para garantir a preservação das histórias e memórias, permitindo que elas sejam registradas e transmitidas de forma mais duradoura e acessível.

Ainda sobre a oralidade nos tempos atuais em Flores de Goiás, apesar da forma de comunicação parecer eficiente, pois chega em quem precisa, ela não garante que todos tenham acesso às mesmas informações, o que cria uma realidade em que muitos ficam sem saber o que ocorre no próprio município. Essa dependência das interações orais reflete uma ligação forte entre os moradores e reforça o senso de comunidade, mas também limita a circulação de informações oficiais e, consequentemente, a possibilidade de formação de uma opinião pública mais crítica e participativa.

As redes sociais da Prefeitura, com 6.026 seguidores no Instagram e 1.258 seguidores na página oficial do município no Facebook, marcam mais uma tentativa de atualização na comunicação com a população. Entretanto, nenhum dos dois perfis tem uma grande

movimentação de comentários e interações. Sobre as redes sociais, o canal com maior volume de pessoas e interações é uma página, também no Facebook, denominada “Se Liga Flores de Goiás”, um grupo público, com quase oito mil participantes, que não tem ligação direta com a Prefeitura, mas que divulga também informações governamentais.

No grupo “Se Liga Flores de Goiás”, os posts diários, de usuários diferentes, relacionados ao município e à região se destacam como um reflexo das formas de comunicação que continuam a predominar na cidade. A plataforma se tornou um espaço para a circulação de informações de interesse público, como matérias locais e vídeos de vereadores, ao lado de conteúdos mais descontraídos e de humor. Embora não seja possível confirmar que todos os membros do grupo sejam residentes de Flores de Goiás, é visível o grande engajamento nas postagens que tratam de temas locais, o que demonstra um interesse da comunidade em se manter conectada com assuntos relevantes para sua realidade. Esse tipo de participação online surge como uma forma alternativa e mais acessível de troca de informações, ainda que distante da formalidade das redes oficiais da Prefeitura.

Além de funcionar como um ponto de encontro online para o compartilhamento de informações do município, o grupo também tem forte caráter político. Em diversas ocasiões, postagens em apoio ou oposição à Prefeitura geram discussões intensas, com um grande número de comentários e reações por parte dos membros. Durante o período eleitoral de 2024, a movimentação no grupo se intensificou, com a divulgação de campanhas eleitorais, planos de governo e discussões sobre propostas, sinalizando o papel ativo da plataforma no cenário político local.

Esse engajamento político e social também revela a crescente importância das redes informais como veículos de comunicação e expressão pública em um contexto de carência de meios de comunicação tradicionais e oficiais. Embora o grupo “Se Liga Flores de Goiás” não substitua a função de comunicação pública formal, ele funciona como um canal alternativo onde a população pode discutir, se informar e até influenciar, de forma mais direta e imediata, as questões que afetam o município. Contudo, é importante destacar que, por ser um espaço não regulamentado, a veracidade e a qualidade das informações compartilhadas no grupo nem sempre são garantidas, o que pode gerar desinformação, além de ampliar a polarização política na comunidade.

Nenhum dos entrevistados mencionou acessar as plataformas digitais da Prefeitura para se informar sobre o município, o que aponta uma lacuna significativa entre as necessidades de comunicação da população e as ferramentas digitais disponíveis. Embora seja possível atribuir essa falta de acesso à faixa etária dos entrevistados, é importante

considerar que Flores de Goiás não tem uma grande população jovem. A maior parte dos jovens da cidade migra para outras regiões em busca de oportunidades educacionais e de trabalho com melhores salários. Essa realidade reforça a ideia de que, mesmo com os avanços tecnológicos, as plataformas oficiais do município, com exceção do *WhatsApp*, não estão suficientemente adaptadas aos hábitos e preferências locais.

Uma outra perspectiva importante que os resultados da pesquisa trouxeram com relação ao uso do *WhatsApp* pela prefeitura para se comunicar com os líderes comunitários, é o papel que a plataforma tem na vida das pessoas que se informam por meio dela. Nesse contexto, o *WhatsApp* surge como um verdadeiro “canal de autoridade” em Flores, tendo em vista que boa parte das informações oficiais da prefeitura são disseminadas por ali. A popularidade dessa plataforma se deve à sua acessibilidade e ao alcance entre grupos, que utilizam o aplicativo para trocar notícias e avisos de interesse comum.

Essa prática apresenta desafios importantes, como a ausência de um controle de qualidade nas informações compartilhadas, que faz com que seja difícil distinguir o que é verdadeiro do que é falso. A falta de checagem e de fontes verificáveis faz do *WhatsApp* um espaço vulnerável à desinformação, o que pode ter impactos negativos na percepção dos moradores sobre o governo e sobre a própria comunidade.

Os pacotes de dados da internet móvel são outro fator limitante no acesso à informação em Flores de Goiás. Muitos moradores não possuem planos de internet que permitam o uso contínuo de diversas plataformas e sites, restringindo-os a acessar apenas as informações que chegam diretamente por meio do *WhatsApp*.

Essa dependência da plataforma para o recebimento de notícias e atualizações significa que as pessoas não têm a possibilidade de explorar outras fontes de informação, como sites de notícias ou até mesmo verificar a veracidade dos conteúdos recebidos. Sem o acesso a outros canais de comunicação ou meios de checagem de informações, a população fica ainda mais vulnerável à disseminação de desinformação, o que pode influenciar suas percepções sobre o governo local e os eventos em sua comunidade.

A limitação de acesso à Internet e de veículos de comunicação local em Flores de Goiás reflete a desigualdade socioeconômica que permeia o Brasil e reforça a marginalização das comunidades menores e mais distantes dos grandes centros urbanos. No país, a comunicação tem se tornado cada vez mais uma mercadoria, ao invés de ser tratada como um direito fundamental, essencial para garantir a cidadania e o acesso à informação. Isso implica que regiões com menor poder aquisitivo, como Flores de Goiás, acabam negligenciadas na cobertura jornalística e nas políticas de ampliação do acesso a serviços de comunicação. Essa

realidade deixa a população local desinformada, com poucas opções para acompanhar as decisões do poder público, as novidades sobre serviços essenciais e outras informações que impactam diretamente suas vidas.

Essa lógica mercadológica explica a concentração de veículos de comunicação nas capitais e grandes centros, onde circulam as maiores verbas publicitárias e os mais altos índices de consumo. O mercado de comunicação é guiado pela rentabilidade e pela audiência, e como essas regiões mais ricas representam um público com maior poder de compra, as empresas de mídia e de telecomunicações priorizam esses locais, onde o retorno financeiro é garantido.

Isso resulta em uma cobertura desequilibrada e em uma verdadeira invisibilidade de localidades menores, que ficam sem voz perante a mídia e sem meios para se comunicar eficazmente com a sociedade em geral. Em um cenário como este, os interesses econômicos acabam se sobrepondo ao direito à comunicação e informação (Castells, 2005), além da necessidade de uma mídia que seja inclusiva e representativa para todos os brasileiros.

A invisibilidade pública enfrentada por localidades menores, como Flores de Goiás, reflete uma lógica em que a cobertura midiática prioriza regiões mais economicamente dinâmicas, relegando áreas periféricas ao esquecimento. Essa falta de visibilidade não apenas silencia as demandas locais, mas também reforça estereótipos de isolamento e atraso, criando uma percepção limitada e, muitas vezes, preconceituosa sobre essas comunidades. Sem espaço na mídia, esses municípios têm suas realidades distorcidas ou ignoradas, o que dificulta o engajamento de agentes externos, como ONGs, investidores e políticas públicas específicas, que poderiam contribuir para melhorias estruturais.

Enquanto cidades maiores têm acesso a ferramentas para moldar sua imagem e divulgar suas conquistas, os municípios invisibilizados acabam sendo definidos apenas por indicadores negativos ou problemas pontuais destacados por terceiros. Assim, a falta de representação na mídia não é apenas uma questão de ausência de informação, mas de uma privação de identidade pública, que compromete o direito à comunicação como um pilar essencial para a justiça social e a cidadania plena.

Esse fenômeno da invisibilidade pública não se limita à ausência de cobertura midiática, mas reflete um apagamento mais amplo, de natureza social e simbólica. Não se trata apenas de esquecer ou ignorar localidades como Flores de Goiás, mas de perpetuar a ideia de que determinadas comunidades não são dignas de espaço ou reconhecimento. Essa dinâmica, sustentada por divisões de classe e desigualdades históricas, reforça o distanciamento entre os grupos mais privilegiados e aqueles que vivem à margem,

contribuindo para a exclusão e o silenciamento de vozes já fragilizadas.

A invisibilidade pública, portanto, funciona como um mecanismo que não apenas desumaniza, mas também limita as possibilidades de transformação social. Ao serem relegados ao esquecimento, os grupos invisibilizados são privados do direito de participar ativamente das decisões que afetam suas vidas e de se verem representados de forma digna.

Esse fenômeno da invisibilidade pública não se restringe à ausência de cobertura midiática, mas reflete um apagamento mais amplo, de natureza social e simbólica. O afastamento das comunidades periféricas da atenção pública e midiática não ocorre por acaso, mas por um conjunto de fatores que envolvem relações de poder, interesses econômicos e uma falta de mecanismos para dar visibilidade a essas realidades. Em muitos casos, o silêncio sobre essas localidades é sustentado por uma estrutura que não prioriza suas demandas, seja pela falta de infraestrutura para veicular suas necessidades, seja pela negligência dos agentes públicos em incluir essas regiões no debate nacional.

As questões que afetam essas comunidades permanecem invisíveis não porque não existam, mas porque não entram na pauta da mídia ou das políticas públicas, ficando muitas vezes à margem das discussões mais amplas sobre o país. Essas realidades, embora presentes e significativas, são frequentemente ignoradas, o que contribui para a desinformação e para a falta de ação concreta em relação a elas. A ausência de visibilidade dificulta que esses problemas ganhem o reconhecimento e a atenção que necessitam para serem enfrentados de maneira adequada.

Um exemplo disso pode ser observado em uma história contada por Dona Orosina, entrevistada residente de Flores de Goiás. Ela relata que, periodicamente, a cidade enfrenta grandes momentos de calamidade pública, com volumes de chuva tão intensos que inundam a cidade inteira. Esse evento ocorre aproximadamente a cada dez anos, mas, até chegar em Flores de Goiás e ouvir esse relato, eu nunca tinha tido acesso a essa informação, mesmo sabendo que o município está a menos de 400 km da capital federal, onde resido. Esse exemplo ilustra como questões que afetam diretamente a vida dos moradores de locais periféricos podem ser desconhecidas, mesmo em áreas relativamente próximas aos grandes centros urbanos.

Outro aspecto relevante diz respeito à perda de informações e tradições que fazem parte do patrimônio cultural local. A festa de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, é uma das maiores do nordeste goiano e representa um marco na identidade cultural de Flores de Goiás. Após alguns anos de perda do seu caráter cultural, em que havia apenas shows de artistas locais, o evento foi reformulado em 2022 e os aspectos históricos e culturais dos

quilombolas foram resgatados para a festividade. Esse esforço resultou em um grande sucesso em 2023, quando 22 mil pessoas participaram das celebrações. Porém, a comunicação sobre esses eventos é dispersa e nem sempre alcança todos os interessados, muitas vezes refletindo uma perda de oportunidade para promover um maior engajamento cultural e reforçar o orgulho local, evidenciando mais uma vez a lacuna deixada pela ausência de um canal de comunicação pública independente e acessível.

Essa falta de comunicação eficaz sobre eventos culturais e outras atividades essenciais tem impacto direto na forma como a comunidade se engaja e preserva suas tradições. O sucesso da reformulação da festa de Nossa Senhora do Rosário, por exemplo, mostra o potencial de resgatar a identidade cultural local quando há esforços para envolver a população, mas a falta de um canal de comunicação acessível e eficiente acaba limitando o alcance dessas iniciativas. O caso ilustra a importância de uma comunicação mais integrada e inclusiva, que permita a todos os moradores, independentemente de sua localização ou acesso à informação, participarem ativamente da vida cultural e política do município.

Dessa forma, é evidente que as iniciativas de comunicação da Prefeitura são voltadas para a comunicação governamental, ao invés da Comunicação Pública. Embora a Prefeitura possa, por meio dessas iniciativas, prestar contas à população, a ausência de veículos de comunicação independentes limita a transparência e impede que as pessoas formem opiniões críticas sobre as questões locais.

A falta de um meio de comunicação desvinculado do governo impede um processo de *accountability* completo, em que os cidadãos possam realmente questionar e cobrar as ações da administração pública. Além disso, as informações que circulam são, na maior parte das vezes, de interesse governamental, sem necessariamente abordar temas de interesse social que poderiam enriquecer o debate comunitário e fortalecer a cidadania ativa.

No contexto atual, a comunidade de Flores de Goiás busca se manter informada e unida de acordo com suas possibilidades, evidenciando a importância da interação social e do engajamento coletivo na construção de um ambiente mais coeso. Contudo, o desafio de garantir que todos tenham acesso a informações relevantes e verídicas continua e a cidade ainda carece de um sistema de comunicação que seja verdadeiramente democrático, acessível e capaz de promover a formação de uma opinião pública esclarecida e participativa.

Outro fator relevante que impactou os resultados da pesquisa de campo foi a receptividade da administração pública local para a realização das entrevistas. A falta de interesse e disponibilidade por parte dos representantes do governo municipal representou um desafio para o trabalho, comprometendo a totalidade da coleta de dados e dificultando o

acesso a informações oficiais. Essa resistência não apenas afetou a profundidade da pesquisa, mas também impediu um entendimento dos desafios da Comunicação por uma outra perspectiva, para além da sociedade civil.

O trabalho de campo ocorreu durante um período eleitoral, o que, provavelmente, agravou a dificuldade de contato com os gestores locais. Em tempos de eleição, é comum que os gestores adotem uma postura mais cautelosa, evitando qualquer tipo de exposição que possa ser interpretada politicamente ou usada contra sua imagem. Essa dinâmica gerou uma lacuna na comunicação, já que a relação direta com o governo municipal, fundamental para uma análise mais precisa, se tornou ainda mais difícil durante esse período sensível.

Apesar da dificuldade de acessar os gestores diretamente envolvidos na comunicação municipal, fui recebida por Rozimere, que desempenha funções na prefeitura e demonstrou uma atitude aberta e colaborativa em relação à pesquisa. A contribuição de Rozimere foi fundamental para o andamento do estudo, mas várias das perguntas que surgiram durante a pesquisa não eram de sua área de atuação. A disposição da entrevistada em participar ajudou a esclarecer alguns pontos sobre a dinâmica administrativa, mas foi insuficiente para fornecer uma visão abrangente das políticas e práticas comunicacionais. O fato de que informações específicas sobre a comunicação do governo não estavam ao seu alcance evidencia uma certa fragmentação no fluxo de informações e na delimitação de funções dentro da própria prefeitura.

A dificuldade de acesso a representantes diretamente responsáveis pela comunicação institucional apresenta uma lacuna significativa na percepção e nos esforços de comunicação da prefeitura de Flores de Goiás. Essa lacuna impede uma visão completa dos impactos e das limitações das práticas comunicativas do governo, assim como dos desafios enfrentados na tentativa de informar e engajar a população. Se, por um lado, o estudo evidenciou a importância de canais de comunicação mais acessíveis e transparentes, por outro, mostrou também o quanto esses canais estão distantes do ideal quando não há participação ativa e resposta direta dos responsáveis.

Os resultados da pesquisa dão luz à complexidade do contexto comunicacional em Flores de Goiás, um município que se divide entre área urbana e rural, e os impactos diretos da ausência de veículos de comunicação locais. A dependência de canais informais e a limitação de iniciativas públicas de comunicação reforçam um cenário de exclusão, no qual os moradores enfrentam barreiras importantes, e que estão relacionadas a outros direitos humanos, para acessar informações relevantes e exercer plenamente sua cidadania. Essa dinâmica se conecta às reflexões de Theodoro (2022), que reflete como a distribuição

desigual de recursos no Brasil perpetua ciclos de exclusão, especialmente em comunidades mais vulneráveis e onde há majoritariamente pessoas negras, onde o direitos direitos humanos e a garantia de uma vida digna são tratados como privilégio de poucos.

A análise dos resultados da pesquisa se conecta profundamente com a obra *Sociedade Desigual* (2022), de Mário Theodoro, ao examinar o município de Flores de Goiás sob a perspectiva racial. Trata-se de um município majoritariamente negro, com origens em um quilombo, que apresenta o segundo menor IDHM da região Centro-Oeste, ficando à frente apenas de Cavalcante¹⁴, também reconhecido institucionalmente como quilombo. Ou seja, os dois municípios com menores índices de desenvolvimento humano da região têm a população negra.

Em *Sociedade Desigual* (2022), Theodoro argumenta que a estruturação do Brasil, assim como a perpetuação de desigualdades, é fruto de um projeto de país que sustenta e reforça a desigualdade racial em vez de enfrentá-la, inclusive nas políticas públicas. Flores de Goiás exemplifica essa realidade em diversas áreas, onde até mesmo políticas básicas de equidade, como o piso salarial dos professores, não foram efetivamente implementadas. Por exemplo, Babi e Domingos, entrevistados da pesquisa, relataram receber salários em torno de R\$2.000,00 por mês, evidenciando a precariedade das políticas públicas e *accountability* da região.

Superar os desafios observados em Flores de Goiás exige uma abordagem integrada que valorize a comunicação como um direito essencial e promova a criação de canais mais acessíveis e democráticos. Enfrentar as desigualdades exige políticas públicas que reconheçam e corrijam disparidades históricas, promovendo maior inclusão social. Tais iniciativas são fundamentais para iniciar um processo de resgate à visibilidade de Flores de Goiás, além de fortalecer o senso de pertencimento local e garantir que a população tenha acesso pleno à informação, condição indispensável para a construção de uma cidadania mais ativa e participativa.

¹⁴ Cavalcante é um município brasileiro do Estado de Goiás, localizado ao norte da Chapada dos Veadeiros, a cerca de 500 km da capital do Estado, Goiânia, e a 320 km de Brasília. De acordo com o IBGE, é a terceira cidade brasileira com maior número de quilombolas no país, com 57% da população autodeclarada quilombola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa evidenciou a centralidade do Direito à Comunicação como eixo estruturante para o exercício pleno da cidadania e para a consolidação da democracia. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais e regionais, o estudo de casos como o de Flores de Goiás ressaltava a gravidade da exclusão comunicacional e seus impactos na organização social, no acesso à informação e na preservação da memória coletiva.

O conceito de desertos de notícias, que norteou todo o desenvolvimento do estudo, ganhou contornos mais claros ao longo do estudo, especialmente ao ser aplicado a uma realidade tão particular quanto a de Flores de Goiás. Com um dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Centro-Oeste e um contexto histórico-cultural rico, mas excluído do resto do país, o município enfrenta barreiras estruturais que limitam o acesso à comunicação e à informação. Esse déficit reflete a falta de iniciativas concretas do poder público para garantir a democratização do acesso informacional, perpetuando um ciclo de invisibilidade que compromete o desenvolvimento local.

A partir de entrevistas com Rozimere, Domingos, Babi, Dona Orosina e Waldir, além de observações durante minha estadia em Flores de Goiás, percebi como a comunicação informal, baseada em redes pessoais e no “boca a boca”, ainda é predominante no município. Entretanto, embora essa forma de transmissão seja capaz de atender necessidades imediatas, ela não substitui a importância de canais institucionais e formalizados que garantam a circulação de informações de maneira acessível, confiável e inclusiva. A ausência de veículos de comunicação local compromete tanto o acesso às informações públicas quanto o direito da população de ser ouvida e de participar ativamente das decisões que afetam sua vida cotidiana.

O estudo também abordou a conexão entre o Direito à Comunicação e a preservação da identidade cultural. A história de Flores de Goiás, marcada por suas raízes quilombolas, exemplifica como a falta de veículos locais contribui para o apagamento de narrativas importantes. A ausência de registros adequados das tradições e da memória histórica da comunidade coloca em risco a valorização de seu patrimônio cultural, reforçando dinâmicas de exclusão que são comuns em regiões periféricas.

Diante de um cenário nacional em que a comunicação é vista por uma perspectiva exclusivamente como mercadológica e não como um direito, o acesso à informação e aos meios de comunicação está diretamente relacionado às condições econômicas e sociais dos

habitantes. Muitos dependem de redes sociais ou de serviços limitados de internet móvel, o que restringe sua capacidade de acessar conteúdos relevantes. Essa realidade reforça a desigualdade informacional existente entre áreas urbanas e rurais, evidenciando como a concentração de recursos midiáticos nas grandes capitais acentua as desigualdades regionais.

Além disso, foi destacada a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a comunicação comunitária. A tentativa de criação de uma rádio comunitária em Flores de Goiás, ainda que interrompida, aponta para o potencial transformador de iniciativas desse tipo. Uma rádio local poderia não apenas promover o acesso à informação, mas também fortalecer os laços comunitários, dar visibilidade às demandas locais e atuar como um canal de diálogo entre os moradores e o poder público. Essas políticas, no entanto, devem ser acompanhadas de financiamento adequado e de um compromisso claro com a descentralização da comunicação.

Outro aspecto crucial compreendido foi o impacto da exclusão comunicacional na relação entre a população e o poder público. A pesquisa mostrou que a falta de canais de comunicação estruturados enfraquece o controle social e limita a transparência das ações governamentais. Em Flores de Goiás, a ausência de veículos locais impede que os cidadãos acompanhem de maneira efetiva as decisões e políticas implementadas, prejudicando sua participação nos processos democráticos. O controle da narrativa por parte de atores institucionais, aliado à informalidade na transmissão de informações, compromete o direito da população de questionar, propor e fiscalizar.

Por outro lado, a pesquisa de campo revelou a resiliência da comunidade local, evidenciada na atuação de lideranças como Domingos e Babi Ferreira, tanto em luta por direitos quanto por manutenção e reconhecimento histórico. Suas iniciativas em prol da valorização da cultura quilombola e da preservação da memória coletiva demonstram como a organização comunitária pode resistir às barreiras estruturais impostas pela exclusão comunicacional. No entanto, fica evidente que esses esforços, embora significativos, não podem substituir a responsabilidade do Estado na garantia do Direito à Comunicação.

O caso de Flores de Goiás destaca ainda a importância de se pensar a comunicação como um direito humano fundamental, tal como delineado no Relatório MacBride e em outros marcos históricos do campo. O Direito à Comunicação deve ir além do acesso à tecnologia ou à informação massificada; ele precisa abarcar a pluralidade de vozes e a representatividade das narrativas, assegurando que comunidades historicamente excluídas tenham espaço para contar suas histórias, moldar sua própria identidade e se sentir representada.

Como direito humano fundamental, a Comunicação não apenas garante a liberdade de expressão, mas também a possibilidade de participação plena na vida social, cultural e política. Em um contexto onde a comunicação é uma ponte para a realização de outros direitos, a ausência de canais que permitam a expressão e o acesso à informação configura uma violação estrutural que perpetua desigualdades no Brasil.

Ao ser reconhecido como direito humano, o Direito à Comunicação transcende o caráter instrumental, tornando-se um elemento essencial para a dignidade e o empoderamento das comunidades. Ele viabiliza a construção de uma sociedade mais justa, onde todas as pessoas, independentemente de sua posição social, possam acessar, compartilhar e produzir informação. Em localidades como Flores de Goiás, essa perspectiva é particularmente importante, pois o fortalecimento de veículos de comunicação locais é uma ferramenta poderosa para romper com ciclos históricos de invisibilidade, promover a cidadania e garantir que todos tenham o direito de serem ouvidos e representados.

A partir dos resultados obtidos, conclui com a pesquisa que enfrentar os desertos de notícias exige uma abordagem sistêmica. É necessário fomentar políticas públicas que priorizem o desenvolvimento de mídias locais, apoiem iniciativas comunitárias e promovam a inclusão digital de maneira abrangente e sustentável. Somente com um sistema comunicativo verdadeiramente democrático será possível garantir que o Direito à Comunicação se concretize como uma ferramenta de transformação social, cultural e política.

Os resultados da pesquisa também reafirmam que a Comunicação não é apenas um meio técnico ou um serviço; ela é um pilar essencial para o exercício da cidadania, a consolidação da democracia e o fortalecimento das comunidades. Investir em comunicação local é investir em direitos humanos, em inclusão e em justiça social. Em Flores de Goiás e em mais da metade dos municípios brasileiros considerados desertos de notícias, garantir o Direito à Comunicação é dar às pessoas a oportunidade de serem protagonistas de suas histórias e agentes de mudança em sua realidade.

A análise qualitativa destacou que os desertos de notícias privam comunidades de informações essenciais e contribuem para a perpetuação de narrativas hegemônicas que invisibilizam as particularidades locais. O estudo de campo em Flores de Goiás revelou como a comunicação local não se limita à circulação de notícias, mas envolve a construção de memória, o fortalecimento de identidades culturais e a valorização de histórias que escapam ao alcance das grandes mídias.

Uma outra conclusão é a urgência de políticas públicas voltadas à comunicação democrática, como o fortalecimento das rádios comunitárias, a criação de incentivos para

veículos locais e o acesso inclusivo à internet. Esses mecanismos não apenas garantiriam o Direito à Comunicação, mas atuariam como ferramentas essenciais para combater as desigualdades estruturais que se manifestam de maneira aguda em comunidades como Flores de Goiás.

Embora o trabalho tenha sido construído ouvindo atores fundamentais para compreender a realidade de Flores, os resultados foram limitados devido à resistência do governo local em conceder uma entrevista, assim como pelas dificuldades logísticas de um município extenso, que conta com a maioria da população na zona rural. Essas limitações, entretanto, não comprometem a relevância dos achados, mas sugerem que futuras investigações devem ampliar o escopo, incluindo análises comparativas com outras áreas do mesmo município e até com outros municípios desertos de notícias.

A liberdade de expressão, frequentemente associada à possibilidade de emitir opiniões sem censura, assume outra dimensão em Flores de Goiás. Neste município deserto de notícias, o problema não está na censura direta, mas na inexistência de espaços para que a população possa se expressar e ser ouvida. Em um cenário nacional no qual as discussões sobre liberdade de expressão têm sido cada vez mais politizadas, com alguns grupos políticos reivindicando o direito de ferir direitos humanos sob o pretexto de liberdade, Flores de Goiás revela uma realidade contrastante: aqui, a questão é mais básica e estrutural, envolvendo a ausência de veículos de comunicação que amplifiquem as vozes locais.

Sem meios para compartilhar histórias, opiniões ou necessidades, a comunidade de Flores de Goiás enfrenta um silêncio imposto por um vazio comunicacional que impossibilita a expressão pública. Essa ausência de espaços de fala significa que a liberdade de expressão, garantida formalmente como um dos pilares do Direito à Comunicação, é na prática inacessível, especialmente para populações vulneráveis e historicamente marginalizadas. Assim, o município exemplifica um tipo de exclusão informacional que raramente é incluído nos debates nacionais sobre comunicação e democracia.

O Brasil todo perde com os desertos de notícias. Não se trata apenas de deixar de ouvir as histórias de comunidades como Flores de Goiás, mas de desperdiçar a riqueza cultural, social e histórica que essas narrativas carregam. Quando uma comunidade não tem voz, o país como um todo se empobrece, pois é na pluralidade das experiências, na diversidade e nas memórias compartilhadas que se constroi a verdadeira identidade de uma nação.

Ao entrevistar os moradores de Flores de Goiás foi possível não só entender as dificuldades e estratégias de comunicação em um município deserto de notícias, mas,

principalmente, encarar outras problemáticas, que até então, não tinham aparecido na pesquisa teórica sobre o tema, como o direito à memória e construção de identidade local. Ao me deparar com um município deserto de notícias que é muito rico culturalmente, também houve a compreensão das perdas do país como um todo ao não poder se conectar com a história de locais que não podem reverberar sua própria voz.

Além de não ter o Direito à Comunicação garantidos, o problema dos desertos de notícias priva o Brasil de uma conexão mais profunda com suas próprias raízes. Ao ignorar as histórias que nascem e florescem nesses territórios, o país abre mão de entender sua própria complexidade, suas contradições e sua beleza. Garantir o Direito à Comunicação a todas as comunidades é mais do que uma questão de justiça e direitos humanos: é um compromisso com a construção de um Brasil mais inclusivo, onde cada voz importa e onde a riqueza de cada história contribui para fortalecer o tecido que nos une como nação.

REFERÊNCIAS

Aline Lucena Gomes, Raimunda; Edgard Rebouças, José. A comunicação como direito humano: um conceito em construção. 2007. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

Atlas da Notícia. Brasil tem redução de 8,6% nos desertos de notícias em 2023, mas jornalismo local precisa de incentivo. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/brasil-tem-reducao-de-8-6-nos-desertos-de-noticias-em-2023-mas-o-jornalismo-local-precisa-de-incentivo/>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

Atlas da Notícia. Diminui a quantidade de iniciativas jornalísticas na região Centro-Oeste. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/v6/diminui-a-quantidade-de-iniciativas-jornalisticas-na-regiao-centro-oeste/>. Acesso em: 29 de ago. 2024.

Botelho, Denise; Nascimento, Wanderson Flor do. **Celebração móvel: políticas públicas, transversalidade e interseccionalidade de gênero e raça**. In: Santos, Deborah Silva; Garcia-Filice, Renísia Cristina; Rodrigues, Ruth Meyre Mota. A transversalidade de Gênero e Raça nas Políticas Públicas. 1. ed., São Paulo: Comunicação Integrada, 2016.

Castells, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz E Terra, 2005.

Chic Show (Temporada 1). Direção: Felipe Giuntini. Roteiro: Milena Manfredini, Thays Berbe. Original Globoplay, 2023.

COSTA. F. B. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garis**. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas. São Paulo, 2008.

Coutinho, Carlos Nelson. Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

Gabinete Civil, Governo do Estado de Goiás. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/90680/pdf#:~:text=LEI%20No%204.926%2C%20DE%2014,Art>. Acesso em: 4 ago. 2024.

Geraldes, Elen et al. **Internet e direitos humanos no Brasil: conflitos e impasses**. In: Internet e direitos humanos: cenários e perspectivas. SOUSA, J. et al (orgs). Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, 2019.

Gil, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4.ed São Paulo: Atlas, 1994.

Gonçalves Filho, J. M. A invisibilidade pública (prefácio/ensaio). In: Costa, F. B. da. Homens invisíveis – relatos de uma humilhação social. São Paulo, Globo, 2004.

IDEC.. Barreiras e limitações no acesso à internet e hábitos de uso e navegação na rede nas classes C, D e E. Acesso à Internet Móvel pelas Classes DCE, 2021. Disponível em: https://idec.org.br/arquivos/pesquisas-acesso-internet/idec_pesquisa_internet-movel-pelas-classes-cde.pdf. Acesso em: 22 de ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Flores de Goiás: histórico e formação administrativa. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=33102&view=detalhes>. Acesso em: 16 out. 2024.

Marconi, M. A. Lakatos, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2019.

Manzini, E. J. **Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada**. In: Marquezine, M. C.; Almeida M. A.; Omote; S. (org.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina: Eduel, 2003. p.11-25.

Medina, C. **Notícia, um produto à venda**. [s.l.] Summus Editorial, 1988.

Minayo, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

Muller, P. **As políticas públicas**. Niterói: Ed. UFF, 2018. pp. 23-84 Disponível em: <https://tinyurl.com/muller2018>.

Proposta de Novo Paradigma. RADIODIFUSÃO NO BRASIL. Disponível em: <[https://www.atrb.org.br/fotos/1/332/CBR%20-%20PARTE%20I\(1\).pdf](https://www.atrb.org.br/fotos/1/332/CBR%20-%20PARTE%20I(1).pdf)>. Acesso em: 4 dez. 2024.

Piketty, Thomas. **O Capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Pires, Thula. 2018. **Racializando o debate sobre direitos humanos: Limites e possibilidades da criminalização do racismo no Brasil**. SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos 15 (28): 65–75.

Ramos MC, Geraldес EC, Paulino FO, Sousa JKL, Paula HM, et al, organizadores. **Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito à Comunicação e à Informação**. Brasília: FAC UnB, 2016.

Sousa Junior, José Geraldo de et al (Org.). **O Direito achado na rua: Introdução crítica ao Direito à Comunicação e à Informação**. Brasília: Fac Livros, 2017. 8 v. Disponível em: https://faclivros.files.wordpress.com/2017/03/faclivros_direitoachadorua8.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

Theodoro, Mário. **Sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época**. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

Vinuto, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. Tematicas, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/tematicas.v22i44.10977. Disponível em:

<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 4 nov. 2024.

Wahab, Amar. Cap.2. Relatos ardentes. **Questionamento da autoridade e as políticas de representação na investigação em Ciências Sociais**. In: Dei e Johal (2008). Metodologias de Investigação Anti-Racistas. Questões Críticas. Portugal: Ed. Pedago.